

## **APRESENTAÇÃO**

Este manual do candidato tem como objetivo prestar informações gerais sobre o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de Cargos Técnico-Administrativos da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Através desta Manual, o candidato obterá esclarecimentos sobre as regras que regem o Concurso, apresentadas no Edital e em seus anexos. Este Manual informa, também, cronograma de atividades, quadro de vagas, provas de múltipla escolha por cargo e programas das disciplinas que serão cobradas em cada prova.

A COTEC recomenda que o candidato leia com atenção este Manual.

Boa Sorte!  
Comissão Técnica de Concursos da  
Universidade Estadual de Montes  
Claros - UNIMONTES

**CONCURSO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

<u>DATA</u>	<u>ATIVIDADES</u>	1 LOCAL
19/06/2006	Divulgação do Edital (Observar as Retificações do Edital)	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - COTEC/UNIMONTES – Prédio 04 –Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Montes Claros/MG - Jornal Oficial do Estado de Minas Gerais
De 20/06 a 26/06/2006	Interposição de recursos contra normas do Edital	- <b>Recepção da COTEC/UNIMONTES – Prédio 04 – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Montes Claros/MG</b>
Até dia 07/06/2006	Resposta aos recursos interpostos contra normas do Edital	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Dias 20 e 21/07/2006	Pré-inscrição (pedido de isenção da taxa de inscrição)	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - UNIMONTES – Prédio 07 – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Montes Claros/MG - Correios (Serviço de SEDEX)
Até 31/07/2006	Resultado da Pré-inscrição	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - COTEC/UNIMONTES
De 1º a 07/08/2006	Interposição de recursos contra o resultado do Pedido de Isenção	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Até dia 11/08/2006	<b>Resposta aos recursos interpostos contra o resultado do Pedido de Isenção</b>	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
<b>De 31/07 a 18/08/2006</b>	<i>Inscrições (sem isenção da taxa)</i>	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a>
De 31/07 a 18/08/2006	Entrega de documentos para Pedido de Tratamento Especial	- COTEC/UNIMONTES - Correios (Serviço de SEDEX)
De 31/07 a 18/08/2006	Entrega dos documentos exigidos para participação no Concurso como portador de deficiência	- COTEC/UNIMONTES - Correios (Serviço de SEDEX)
Dia 25/08/2006	Lista de candidatos inscritos como portadores de deficiência (Inscrições deferidas e indeferidas)	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - COTEC/UNIMONTES
De 28/08 a 01/09/2006	Interposição de recursos contra o indeferimento da inscrição como portador de deficiência	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Até dia 11/09/2006	Resposta aos recursos interpostos contra o indeferimento da inscrição como portador de deficiência	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Até 22/09/2006	Entrega do Cartão de Inscrição	- O envio do Cartão de Inscrição será feito pelos Correios
<b>Dia 08/10/2006</b>	<b>Provas de Múltipla Escolha</b>	- <b>O Local de provas será indicado no Cartão de Inscrição.</b>
De 09 a 17/10/2006	Interposição de recursos contra qualquer questão das Provas de Múltipla Escolha	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Até dia 06/11/2006	Resposta aos recursos interpostos contra qualquer questão das Provas de Múltipla Escolha	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Dia 07/11/2006	Lista de candidatos habilitados para a Prova de Títulos	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - COTEC/UNIMONTES
De 20 a 24/11/2006	Entrega de documentos para Prova de Títulos	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Até 08/12/2006	Resultado da Prova de Títulos	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - COTEC/UNIMONTES
De 11 a 15/12/2006	Interposição de Recursos contra o resultado da Prova de Títulos	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
Até dia 22/12/2006	Resposta aos recursos interpostos contra o resultado da Prova de Títulos	- Recepção da COTEC/UNIMONTES
<b>Até 22/12/2006</b>	<b>Resultado Final do Concurso</b>	- Internet <a href="http://www.cotec.unimontes.br">www.cotec.unimontes.br</a> - <b>COTEC/UNIMONTES</b> - <b>Jornal Oficial do Estado de Minas Gerais</b>

Obs.: Esse cronograma considera a 3ª retificação do Edital do Concurso, de 14/08/2006.

**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (ANALISTAS E TÉCNICOS) DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES****(Considerando a 1ª, a 2ª e a 3ª Retificação do Edital)****EDITAL Nº 01/2006**

O Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES –, através da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos e da Comissão Técnica de Concursos – COTEC –, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de Cargos Técnico-administrativos (Analistas e Técnicos) do Quadro de Pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto, bem como os termos da Lei 11.517, de 13 de julho de 1994 (Reorganiza a UNIMONTES e dá outras providências), Lei 12.154, de 21 de maio de 1996 (Dá nova redação ao artigo 11 da Lei 11.517), Decreto Estadual nº. 39.820, de 19 de agosto de 1998 (Aprova o Estatuto da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes), Lei Delegada nº. 90, de 29 de janeiro de 2003 (Dispõe sobre a estrutura básica da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes), Decreto nº. 43.586, de 15 de setembro de 2003 (Dispõe sobre as competências das unidades administrativas e a identificação dos cargos de provimento em comissão da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes), Regimento Geral da Universidade Estadual de Montes Claros vigente (aprovado em 20 de novembro de 1999), Lei 15.463, de 13 de janeiro de 2005 (Institui Carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior), Lei 15.785, de 27 de outubro de 2005 (Estabelece as Tabelas de Vencimento Básico das Carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior e dispõe sobre a VTI), Lei 15.788, de 27 de outubro de 2005 (Altera a Lei nº 15.463), Lei 13.392 de 07 de dezembro de 1999 (Isenta o Cidadão Desempregado do Pagamento de Taxa de Inscrição em Concurso Público do Estado), Decreto nº 30.971, de 09 de março de 1990 (Institui a Universidade Estadual de Montes Claros), Decreto nº 43.885, de 04 de outubro de 2004 (Código de Conduta Ética do Servidor Público da Alta Administração Estadual), Decreto nº 42.257, de 15 de janeiro de 2002 (Estabelece norma para definição de cotas de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência nos concursos públicos), Decreto nº 42.899, de 17 de setembro de 2002 (Regulamento Geral de Concurso Público), legislação complementar pertinente ao assunto e, em particular, as normas estabelecidas neste Edital.

**1 – Das disposições preliminares**

- 1.1. O concurso público será regulamentado por este edital, executado pela Comissão Técnica de Concursos – COTEC – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e realizado na cidade de Montes Claros/MG.
- 1.2. O concurso público visa ao provimento de vagas para os cargos de Técnico Universitário, Técnico Universitário da Saúde, Analista Universitário e Analista Universitário da Saúde, nas funções especificadas no Anexo I deste Edital.
- 1.3. A seleção dos candidatos obedecerá às seguintes etapas:
  - 1.3.1. Provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
  - 1.3.2. Prova de títulos, de caráter classificatório, cuja especificação consta no item 8 deste Edital.

**2 – Especificações dos cargos:**

- 2.1. Os códigos de inscrição, a denominação dos cargos/funções, o número de vagas, a escolaridade mínima exigida, a jornada de trabalho e o vencimento básico dos cargos constam no Anexo I deste Edital.
  - 2.1.1. A Remuneração Mensal dos cargos corresponde ao Vencimento Básico especificado no Anexo I deste Edital, acrescido de VTI, no valor de R\$80,00 (oitenta reais), conforme dispõe o Anexo II, item II.2.1, artigo 8º, descritos na Lei 15.785/2005, para os cargos de Técnico Universitário e Técnico Universitário da Saúde.
- 2.2. As funções de cada cargo estão especificadas no Anexo I deste Edital. As atribuições básicas dos cargos, em síntese, são:  
ANALISTA UNIVERSITÁRIO: Atribuições relacionadas à formulação, implementação e avaliação de políticas acadêmicas e administrativas e exercício de atividades de apoio administrativo, tais como coordenação, organização, planejamento, controle, avaliação e execução de projetos e programas, compatíveis com sua área de atuação e, ainda, pesquisas e consultorias sobre matéria técnico-administrativa e econômico-financeira.  
ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE: Atribuições relacionadas à formulação, à implementação e à avaliação de políticas de saúde acadêmicas e administrativas, bem como ao exercício de atividades de administração gerencial e apoio administrativo voltadas para coordenação, organização, planejamento, controle, avaliação e execução de projetos e programas na área da saúde que sejam compatíveis com o nível superior de escolaridade, em sua área de atuação, e que exijam formação especializada para seu desempenho.  
TÉCNICO UNIVERSITÁRIO: Atribuições relacionadas às atividades de apoio técnico-administrativo voltadas para o controle e avaliação de projetos e programas, bem como para outras atividades compatíveis com o nível intermediário de escolaridade e com a função para a qual irá concorrer.  
TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE: Atribuições relacionadas às atividades de apoio técnico-administrativo voltadas para o controle e avaliação de projetos e programas, bem como para a atuação na área da saúde, em atividades compatíveis com o nível intermediário de escolaridade e com a função para a qual irá concorrer.
- 2.3. Local de trabalho: O exercício funcional do candidato investido no cargo/função pleiteado neste concurso será no campus/município para o qual se inscreveu, conforme especificado no Anexo I. Para cargos com local de trabalho em Montes Claros, o exercício funcional será a critério e conforme necessidade da Unimontes, em quaisquer de suas unidades administrativas.
- 2.4. O Regime Jurídico da Unimontes é o Estatutário.
- 2.5. Regime de Previdência: Regime de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

**3 – Das inscrições****3.1. Condições para inscrição:**



- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.
  - b) Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino.
  - c) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
  - d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da posse.
  - e) Possuir, **na data da posse**, a escolaridade completa ou a habilitação exigida para o cargo, adquirida em instituição de ensino oficial ou legalmente reconhecida.
  - f) Possuir a habilitação legal para exercício do cargo pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho de Classe, se for o caso, na data da posse.
  - g) Possuir aptidão física e mental, comprovada em perícia médica a ser realizada antes da posse, pelo órgão indicado pela Unimontes, na convocação.
  - h) Atender às exigências especificadas para o cargo/função pleiteados, estabelecidas na legislação estadual e neste Edital.
- 3.1.1. A não comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item 3.1 impedirá a posse do candidato classificado neste concurso.
  - 3.1.2. No Formulário de Inscrição, constará declaração de que o candidato conhece e atende às condições especificadas para a inscrição, conforme o item 3.1 deste Edital.
  - 3.1.3. Qualquer falsidade ou inexatidão em dados, apurada a qualquer tempo, acarretará a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de medidas cíveis, administrativas e/ou penais cabíveis.
- 3.2. Período de Inscrições, Locais e Procedimentos:**
- 3.2.1 **A inscrição será feita exclusivamente pela internet.** A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre as **09 horas do dia 31 de julho de 2006** e as **18 horas do dia 18 de agosto de 2006**, horário de Brasília/DF, no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br), à exceção dos candidatos contemplados pela Lei Estadual nº. 13.392, de 07 de dezembro de 1999, cujas condições estão previstas no item 3.3.
    - 3.2.1.1. O candidato, para se inscrever via Internet, deverá preencher o Formulário de Inscrição, de acordo com as instruções ali contidas. Após esse procedimento, será exibido na tela do computador o boleto bancário em nome do candidato, que deverá ser impresso para pagamento da taxa de inscrição até o dia 14-08-06.
    - 3.2.1.2. A inscrição, via Internet, que não tiver o pagamento efetuado até o último dia do prazo estabelecido no item 3.2.1.1, será cancelada.
    - 3.2.1.3. A Unimontes e a COTEC não se responsabilizam por qualquer problema, na inscrição via Internet, motivado por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.
  - 3.2.2. **A COTEC disponibilizará aos interessados o acesso a computador com Internet, no período de inscrição, de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos e feriados, no horário das 8h às 18h, no prédio 07, Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Montes Claros – MG.**
  - 3.2.3. Ainda que a inscrição tenha sido efetivada por terceiros, o preenchimento do Requerimento de Inscrição e a entrega de documentos relativos ao concurso são de responsabilidade única e exclusiva do candidato.
  - 3.2.4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a plena aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em suas eventuais retificações, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos relativos a este concurso, bem como de eventuais retificações do Edital que, se houver, serão divulgadas na sede da Unimontes em Montes Claros – MG, no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) e em jornais de circulação local e regional.
  - 3.2.5. **O valor da taxa de inscrição é de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para cargos de nível intermediário, e de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para cargos de nível superior.**
  - 3.2.6. O candidato poderá inscrever-se apenas para 01(um) cargo. A não-indicação do cargo no Formulário de Inscrição implicará a anulação da inscrição do candidato.
    - 3.2.6.1. Caso haja inscrição de um mesmo candidato para mais de um cargo, prevalecerá a inscrição mais recente. Se a data for a mesma, prevalecerá a inscrição relativa ao cargo de maior demanda, entre os escolhidos pelo candidato.
  - 3.2.7. Não será permitida a realização de inscrição condicional, provisória ou extemporânea.
  - 3.2.8. O Formulário de Inscrição, bem como o valor pago relativo à taxa de inscrição, é pessoal e intransferível.
  - 3.2.9. Considerando as disposições da Lei nº 13.392/1999, que isenta de pagamento da taxa de inscrição, em concurso público, o cidadão comprovadamente desempregado, os candidatos interessados em participar do concurso nessa condição deverão seguir os procedimentos para requerer isenção da taxa de inscrição em conformidade com as disposições do item 3.3 deste Edital.
  - 3.2.10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de cargo.
  - 3.2.11. Para que a inscrição seja efetivada, é necessário que, além de ser feita dentro do prazo e em modelo próprio, tenha, em caso de não-isenção, o pagamento da respectiva taxa efetuado no prazo estabelecido.
  - 3.2.12. São motivos para anulação sumária da inscrição: pagamentos efetuados após a data limite; ordens de pagamento eletrônico ou feitas por telefone e que não puderem ser comprovadas.
  - 3.2.13. Serão automaticamente indeferidas as inscrições que estiverem em desacordo com as disposições deste Edital.
  - 3.2.14. Não será devolvido o valor da taxa de inscrição, salvo em caso de não-realização do concurso.
  - 3.2.15. O Manual do Candidato estará disponível no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br).
- 3.3. Procedimentos para Requerer Isenção da Taxa de Inscrição**



- 3.3.1. Para requerer a isenção da taxa de inscrição, o candidato que estiver desempregado deverá comparecer à Unimontes, no prédio 07, exclusivamente nos dias 20 e 21 de julho de 2006, das 08 às 18 horas, e comprovar essa condição por meio dos seguintes documentos (em envelope):
- Formulário de Pré-inscrição, devidamente preenchido (disponível no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br)).
  - Cópia legível da Carteira de Identidade.
  - Declaração, podendo ser de próprio punho, com assinatura do próprio candidato e de 02 testemunhas (nome legível e nº da Carteira de Identidade), informando que o candidato se encontra desempregado.
  - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – cópia legível das páginas que contenham a foto, a qualificação civil, a anotação do último contrato de trabalho do candidato (com a correspondente data de saída anotada) e, também, da primeira página subsequente. No caso de candidato que não teve vínculo empregatício registrado na CTPS, deverá apresentar declaração, podendo ser de próprio punho, com assinatura do próprio candidato, informando esta situação e, também, que não auferiu nenhum tipo de renda, sob pena de incorrer em crime de falsidade ideológica, nos termos da Lei. Para outros casos, deverá apresentar **documento idôneo (citados a seguir)**, em cópia legível que comprove que o candidato, anteriormente a esse requerimento de isenção: **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)** – cópia legível das páginas que contenham a foto, a qualificação civil, a anotação do último contrato de trabalho do candidato (com a correspondente data de saída anotada) e, também, da primeira página subsequente – ou **documento idôneo (citados a seguir)**, em cópia legível que comprove que o candidato, anteriormente a esse requerimento de isenção:
    - teve extinto vínculo empregatício (**Certidão ou Termo de Rescisão de Contrato**);
    - teve extinto vínculo estatutário com o poder público, por meio de **Certidão expedida por órgão ou entidade competente, em papel timbrado, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento**;
    - encerrou o exercício de atividade legalmente reconhecida como autônoma, por meio de **Certidão fornecida pelo órgão competente, conferindo a baixa da atividade**.
- 3.3.2. O requerimento de isenção também poderá ser feito pela Internet, impreterivelmente nos dias 20 e 21 de julho de 2006, no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br). Nesse caso, o candidato deverá enviar, pelos Correios, com custos por conta do candidato, pelo serviço de SEDEX, até o dia 21/07/06, os documentos citados nas alíneas “a” a “d” do item 3.3.1 para a Unimontes/Cotec – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, s/n, prédio 04, Montes Claros – MG, CEP 39401-089. A comprovação da tempestividade da solicitação será feita pela data de postagem.
- 3.3.3. Não serão recebidos documentos fora dos prazos, forma e local estabelecidos nos subitens 3.3.1. e 3.3.2.
- 3.3.4. A qualquer tempo, poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato.
- 3.3.5. Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição de candidatos amparados pela Lei Estadual 13.392/1999.
- 3.3.6. Serão sumariamente indeferidos os pedidos de isenção que estiverem em desacordo com as disposições deste Edital.
- 3.3.7. Os documentos entregues serão de propriedade da Cotec/Unimontes, que lhes dará o destino que julgar conveniente, decorridos sessenta dias da divulgação do resultado final do Concurso.
- 3.4. Do resultado do pedido de isenção da taxa de inscrição**
- 3.4.1. O resultado da pré-inscrição será divulgado até o dia 31 de julho de 2006, no prédio 4 do campus da Unimontes, em Montes Claros – MG, e no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br). Não será fornecida informação individual aos candidatos. O item 11.1.2. deste Edital dispõe sobre eventual interposição de recursos.
- 3.4.1.1. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição deferida estarão, automaticamente, inscritos no concurso para o cargo informado no Formulário de Pré-inscrição.
  - 3.4.1.2. Fica facultado ao candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido efetuar o pagamento da taxa de inscrição correspondente ao cargo (vide item 3.2.5.) até o dia 18 de agosto de 2006 e participar do Concurso. Não será necessário preencher novo formulário, bastará o pagamento da taxa de inscrição, através de boleto bancário disponível no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br), para caracterizar a decisão de participar do concurso.
  - 3.4.1.3. Os candidatos que tiverem a isenção indeferida e que não efetuarem o pagamento da taxa estarão automaticamente excluídos do concurso público.
  - 3.4.1.4. As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição, a declaração falsa ou inexata, bem como os documentos apresentados, são de inteira responsabilidade do candidato. Será excluído do Concurso, em qualquer época, aquele candidato que prestar informações ou documentos incorretos, rasurados, incompletos, inverídicos, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 3.5. Entrega do Cartão de Inscrição**
- 3.5.1. O Cartão de Inscrição será enviado ao candidato, via Correios, até o dia 22/09/06, para o endereço citado no Formulário de Inscrição. As conseqüências decorrentes de citação de endereço errado ou incompleto são de responsabilidade do candidato, ainda que a inscrição tenha sido feita por terceiros.
- 3.5.1. O local e o horário das provas de Múltipla Escolha serão informados no cartão de inscrição e pela Internet, no endereço [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br). O candidato que não receber o cartão de inscrição até o dia 29/09/06 deverá entrar em contato com a Unimontes/Cotec, pelo telefone (38) 3229-8080, no horário das 08 às 18 horas.
- 3.5.2. Em caso de eventuais erros relativos à digitação de dados pessoais do candidato, tais erros poderão ser corrigidos no horário e no local de realização das provas, no Requerimento de Correções, pelo Fiscal de Sala.
- 3.6. Tratamento Especial**
- 3.6.1. Os portadores de necessidades especiais e gestantes que necessitarem de tratamento especial no dia das Provas de Múltipla Escolha deverão fazer Pedido de Tratamento Especial, especificando os meios necessários para a



- realização dessas provas. Junto ao Pedido de Tratamento Especial, deverá constar atestado médico que descreva a situação do candidato.
- 3.6.2. O Pedido de Tratamento Especial, com a especificação de que trata o item 3.6.1, deverá ser feito **por escrito e entregue na Unimontes/Cotec**, prédio 04 do Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Montes Claros/MG, **no período de 31 de julho de 2006 a 18 de agosto de 2006**, exceto sábados, domingos e feriados, **ou enviados pelos Correios**, com custos por conta do candidato, pelo serviço de SEDEX, para o seguinte endereço: Cotec/Unimontes – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 04, CEP 39401-089, Montes Claros/MG.
- 3.6.3. O prazo citado no item 3.6.2 é o tempo hábil para que possa ser feita a análise do pedido e a tomada de providências. Apenas em casos de força maior ou fortuitos, poderá haver solicitação de tratamento especial fora da data especificada no item 3.6.2. Nesse caso, a aceitação do pedido dependerá de análise a ser feita pela Cotec/Unimontes, que avaliará a possibilidade de atendimento.
- 3.6.3.1. Na impossibilidade de atendimento, a Cotec/Unimontes comunicará ao candidato o indeferimento do pedido.
- 3.6.4. Serão preliminarmente indeferidos os pedidos de tratamento especial que não apresentarem atestado médico que descreva a situação do candidato.

#### 4 – DO NÚMERO DE VAGAS

- 4.1. O número de vagas a ser preenchido neste concurso é de 783 (setecentos e oitenta e três), conforme discriminado no Anexo I deste Edital.
- 4.2. **Das vagas para Portadores de Deficiência**
- 4.2.1. Em conformidade com o Artigo 1º. do Decreto Estadual nº 42.257/2002, das vagas a serem preenchidas neste Concurso, desde que as atribuições do cargo/função sejam compatíveis com a deficiência de que o candidato é portador, **ficam reservadas as seguintes vagas para portadores de deficiência nas funções:** Assistência na área de biblioteconomia – código 17 – (01 vaga), Assistência na área de patologia clínica – código 31 – (01 vaga), Assistência na área de enfermagem hospitalar – código 32 – (04 vagas), Assistência na área de enfermagem hospitalar em urgência/emergência – código 33 – (03 vagas), Assistência na área de enfermagem hospitalar obstétrica – código 34 – (01 vaga), Assistência na área de farmácia hospitalar – código 37 – (01 vaga), Assistência na área de fisioterapia hospitalar – código 38 – (02 vagas), Assistência na área de nutrição hospitalar/Clínica – código 40 – (01 vaga), Assistência na área de psicologia clínica hospitalar – código 42 – (01 vaga), Apoio Administrativo – código 43 (23 vagas), Assistência técnica em programação de computadores – código 56 – (01 vaga), Assistência técnica em laboratório de informática – código 61 – (01 vaga), Assistência técnica em manutenção de equipamentos de informática – código 66 – (01 vaga), Assistência técnica em enfermagem – código 72 – (28 vagas), Assistência técnica em farmácia – código 73 – (04 vagas), Assistência técnica em higiene dental – código 74 – (02 vagas), Assistência técnica em laboratório de análises clínicas na área hospitalar – código 75 – (03 vagas), Assistência técnica em radiologia – código 76 – (01 vaga).
- 4.2.2. Serão consideradas portadoras de deficiência as pessoas que se enquadrarem nas condições especificadas na Lei Estadual nº 11.867/95.
- 4.2.2.1. Em conformidade com o §2º, do artigo 1º, da Lei nº 11.867, de 28 de julho de 1995, "pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, disfunção de natureza física, sensorial ou mental, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro de um padrão considerado normal para o ser humano".
- 4.2.2.2. Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- 4.2.3. Os candidatos portadores de deficiência, aprovados, serão submetidos à avaliação pela junta médico-pericial indicada pela Unimontes para verificar a compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo, quando convocados.
- 4.2.4. Os candidatos portadores de deficiência deverão entregar os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" (a seguir), no período de **31 de julho de 2006 a 18 de agosto de 2006**, exceto sábados, domingos e feriados, na Cotec/Unimontes – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 04, Montes Claros/MG, **ou enviar pelos Correios**, com custos por conta do candidato, pelo serviço de SEDEX, para o seguinte endereço: Cotec/Unimontes – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 04, CEP 39401-089, Montes Claros/MG.
- a) **Laudo médico** (original ou cópia simples e legível) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, constando o nº do CID (Classificação Internacional de Doença), a provável causa da deficiência e o artigo/inciso/alínea da Lei Estadual nº 11.867/95 em que a deficiência apresentada pelo candidato se enquadra, bem como o nome e assinatura do médico.
- b) **Declaração** assinada pelo próprio candidato, constando que é portador de deficiência e que está ciente de que terá que se submeter, quando convocado, a exame médico, conforme indicação da Unimontes.
- 4.2.5. O candidato que não apresentar o laudo médico e a declaração supracitados, no prazo estabelecido no item 4.2.4. ou na fase recursal, participará do concurso como não portador de deficiência.
- 4.2.6. A relação dos candidatos com inscrições deferidas ou indeferidas como portadores de deficiência será divulgada, até o dia 25 de agosto de 2006, na Cotec e no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br).
- 4.2.7. Caso o número de candidatos portadores de deficiência, inscritos e aprovados no presente Concurso Público, seja inferior às vagas reservadas aos mesmos, a(s) vaga(s) remanescente(s) será(ão) preenchida(s) pelo(s) candidato(s) não portador(es) de deficiência, segundo a ordem de classificação e até o limite do número total de vagas oferecidas por cargo.



- 4.2.8. Os candidatos portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios para aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 4.2.9. Havendo necessidade de tratamento especial para realizar as provas, o candidato portador de deficiência deverá fazer a solicitação de acordo com as disposições do item 3.6 deste Edital.
- 4.2.10. O candidato inscrito como portador de deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, na forma do item 9 deste Edital, paralelamente à realização do exame médico pré-admissional, disposto no subitem 12.9 deste Edital, será submetido à inspeção por Junta Médica, designada pelo Serviço Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, para emissão de Laudo Médico Oficial.

## 5 – DO SISTEMA DO CONCURSO

- 5.1. O Concurso constará de 02 etapas: Provas do tipo Múltipla Escolha (eliminatória e classificatória) e Prova de Títulos (classificatória). A especificação e a pontuação máxima das provas escritas, para cada cargo, constam no Anexo II deste Edital; a composição, condições e a pontuação da Prova de Títulos estão especificadas no item 8 deste Edital.
- 5.2. O sistema de correção das provas de múltipla escolha está estabelecido no item 6 deste Edital. A duração dessas provas será de três horas, sendo o horário de início e término indicado no Cartão de Inscrição que o candidato receberá pelos Correios, podendo, também, ser consultado no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br)
- 5.3. Na eventualidade de alguma das provas objetivas estabelecidas para o cargo ter 80% das questões anuladas, a Unimontes obrigatoriamente aplicará nova prova, correspondente à anulada, e prestará aos respectivos candidatos as informações necessárias à sua realização.
- 5.4. O candidato que deixar de comparecer para realizar as suas provas será considerado desistente e, automaticamente, eliminado do Concurso Público.
- 5.5. O candidato habilitado para a Prova de Títulos, nos termos do item 8.2 deste Edital, que não entregar a documentação comprobatória de títulos no prazo indicado não poderá fazê-lo em outra data.

## 6 – DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

- 6.1. As Provas de Múltipla Escolha serão valorizadas de 0 (zero) a 80 (oitenta) pontos. Essas provas obedecerão às características especificadas, por cargo/função, no Anexo II, parte integrante deste Edital.
- 6.2. Em quaisquer cargos, na apuração dos pontos obtidos nas Provas de Múltipla Escolha, será(ão) eliminado(s) o(s) candidato(s) que:
  - 6.2.1. obtiver(em) menos de 50% (cinquenta por cento) dos pontos totais das Provas de Múltipla Escolha;
  - 6.2.2. não comparecer(em) à realização das Provas.
- 6.3. As Provas de Múltipla Escolha serão corrigidas por processo eletrônico (leitura óptica), através de Folha de Respostas, de acordo com o Gabarito Oficial elaborado pela Cotec/Unimontes. Não serão computadas as questões não assinaladas na Folha de Respostas e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
- 6.4. Na hipótese de alguma questão das Provas de Múltipla Escolha vir a ser anulada, o seu valor, em pontos, será contabilizado a favor de todos os candidatos que fizeram a respectiva prova.
- 6.5. Os programas das Provas de Múltipla Escolha para cada cargo constam no Anexo III deste Edital e serão divulgados, no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br).

## 7 – DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

- 7.1. As Provas de Múltipla Escolha, de acordo com o cargo, serão aplicadas em Montes Claros/MG, **no dia 08 de outubro de 2006**.
- 7.2. O endereço do local de provas, bem como o horário de início e de término das mesmas, será informado, até o dia 22 de setembro de 2006, por meio do cartão de inscrição que será enviado para o endereço fornecido pelo candidato. Informações poderão ser obtidas, também, pelo sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) e pelo telefone 0xx38-3229-8080.
- 7.3. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do seu local e horário de realização de provas e o comparecimento no horário determinado.
- 7.4. O candidato não poderá realizar provas fora do local que a Cotec/Unimontes indicar.
- 7.5. O candidato fará as provas em prédio, sala e carteira indicados pela Cotec/Unimontes, por intermédio de seus Coordenadores e/ou Fiscais.
- 7.6. O ingresso do candidato ao prédio onde fará provas será permitido até o horário de início das provas, antes do fechamento dos portões, mediante a apresentação de **documento oficial de identificação (com fotografia) original e em perfeitas condições** (tais como Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Órgão ou Conselho de Classe – CRA, CRC, etc. –, Certificado de Reservista, Carteira de Motorista – modelo novo, com foto).
- 7.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar Documento Oficial de Identificação original (com foto), por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar Boletim de Ocorrência Policial (expedido há, no máximo, 06 meses) e somente fará as provas se for submetido à identificação especial, que poderá compreender coleta de assinaturas, impressão digital em formulário próprio e fotografia.
- 7.8. O candidato que praticar alguma irregularidade, tentativa de fraude ou comprovação de fraude será, automaticamente, eliminado do Concurso e estará sujeito a outras penalidades, a qualquer época, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 7.9. Em hipótese alguma, o candidato fará provas se não apresentar a documentação exigida e, se for o caso, não se submeter à identificação especial.
- 7.10. Para realizar as provas, o candidato deverá levar caneta esferográfica azul ou preta, lápis preto n.º 2 e borracha. **As marcações definitivas na Folha de Respostas deverão ser feitas, preferencialmente, à caneta.**
- 7.11. Não será permitido, durante a realização das provas, qualquer tipo de consulta, bem como o uso de máquina de calcular, régua de cálculo, relógio, aparelhos eletrônicos ou de comunicação (*notebook, palmtop*, receptor, gravador, telefone celular, *pager, beep*, agenda eletrônica, etc.).



- 7.11.1. O candidato deverá identificar os seus equipamentos e objetos pessoais (exceto os citados no item 7.10) e colocá-los no local indicado pela equipe de fiscalização, observado o disposto no item 7.19 deste Edital.
- 7.12. O candidato que estiver portando, **mesmo que desligados**, telefone celular, pager, beep (ou similares) ou quaisquer dos equipamentos relacionados no item 7.11, durante a realização de sua prova, ou for flagrado em tentativa de cola, será automaticamente eliminado do Concurso.
- 7.13. Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, ou, ainda, que se utilizar de notas, livros, impressos, etc.
- 7.14. Não será permitido aos candidatos o uso de armas nos prédios onde serão realizadas as provas do Concurso.
- 7.15. É reservado à Cotec/Unimontes, caso julgue necessário, o direito de utilizar equipamento detector de metais.
- 7.16. É reservado à Cotec/Unimontes, caso julgue necessário, o direito de proceder à coleta de digital dos candidatos.
- 7.17. **Recomenda-se que o candidato esteja presente no local das provas 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para o início das mesmas.**
- 7.18. Os portões dos prédios onde se realizarão as provas serão fechados, impreterivelmente, quando do início das mesmas. O candidato que chegar após o fechamento dos portões, não se levando em conta o motivo do atraso, terá vedada sua entrada no prédio e será automaticamente eliminado do Concurso.
- 7.19. Não haverá funcionamento de guarda-volumes e a Cotec/Unimontes não se responsabilizará por perdas, danos ou extravios de objetos ou documentos pertencentes aos candidatos.
- 7.20. O candidato deverá permanecer nos locais de provas (salas) por, no mínimo, duas horas após o início das mesmas.
- 7.21. O candidato somente poderá levar o caderno de provas objetivas (de múltipla escolha) quando faltar meia hora para o término das provas.
- 7.22. Antes do horário previsto no item 7.21., o candidato não poderá levar nem mesmo a última folha do caderno de provas (folha de rascunho) ou anotações referentes às provas e suas respostas.
- 7.22.1. O candidato que descumprir o disposto no item 7.22 será automaticamente eliminado do Concurso.
- 7.23. O candidato que não entregar a Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha no prazo estipulado será automaticamente eliminado do Concurso. A Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha deverá ser assinada no local indicado. O candidato que deixar de assinar no local indicado será automaticamente eliminado do Concurso.
- 7.24. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que, sem a devida autorização da Cotec/Unimontes, deixar o local de provas durante a realização das provas escritas.
- 7.25. A Folha de Respostas será personalizada e não será, em nenhuma hipótese, substituída por motivo de rasuras ou marcações incorretas.
- 7.26. Se o candidato, iniciadas as provas, desistir de fazê-las, deverá devolver ao fiscal de sala, devidamente assinados, o Caderno de Provas de Múltipla Escolha (completo) e a Folha de Respostas e somente poderá deixar o prédio após decorridas 2 (duas) horas do início das provas.
- 7.27. O candidato que fizer uso de medicamento deverá trazê-lo consigo.
- 7.28. Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada para as provas.
- 7.29. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local onde forem aplicadas as provas.
- 7.30. O Gabarito Oficial das Provas de Múltipla Escolha será divulgado na Internet, no endereço [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br), e será afixado na Cotec, até 12 (doze) horas após o encerramento das provas. O Gabarito não será informado por telefone.

## 8 – DA PROVA DE TÍTULOS

- 8.1. A Prova de Títulos, de caráter classificatório, terá o total máximo de 20 (vinte) pontos e constará de título de experiência profissional, título de capacitação na área, título de escolaridade, de acordo com as disposições a seguir.
- 8.2. Somente participará da prova de títulos os candidatos classificados na Prova de Múltipla Escolha até 02 (duas) vezes o número de vagas, para cargo/função com 10 vagas ou mais, e até 05 (cinco) vezes, para cargo/função com menos de 10 vagas, bem como os empatados na última colocação, observados os limites especificados. A lista de candidatos habilitados para a Prova de Títulos será divulgada até o dia 07 de novembro de 2006, na Cotec, no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br). Os demais candidatos estarão automaticamente eliminados.
- 8.3. **Título de Experiência Profissional** – tempo de serviço prestado em instituições públicas ou privadas, no cargo/função pleiteado. Serão distribuídos, no máximo, 05 pontos, sendo 01 (um) ponto por ano completo de efetivo exercício (365 dias) ou fração superior a 181 dias.
- 8.3.1. O Título de Experiência Profissional deverá ser comprovado exclusivamente por meio dos seguintes documentos:
- a) Certidão de Contagem de Tempo de Serviço, expedida pelo órgão público onde o candidato prestou serviço, devidamente assinada, constando o tempo de serviço exercido no cargo/função. A referida certidão poderá ser original ou cópia autenticada em cartório. Certidões que eventualmente constarem averbação de tempo de serviço sem explicitação do cargo/função a que se refere cada período de tempo averbado não serão consideradas.
  - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – fotocópias legíveis, autenticadas em cartório, das páginas relativas ao contrato de trabalho (incluindo a página seguinte, mesmo que esteja em branco) e páginas em que consta a identificação do candidato. Se as cópias das citadas páginas da CTPS estiverem incompletas ou ilegíveis, as mesmas serão desconsideradas no cômputo dos pontos.
- 8.3.2. Se a certidão ou a cópia da CTPS estiver rasurada, ilegível, danificada, sem assinatura da autoridade responsável pelo órgão emissor, essa não será considerada no cômputo dos pontos.
- 8.3.3. Para efeito de comprovação do título exigido, somente serão aceitos os documentos constantes das alíneas “a” e “b” do subitem 8.3.1. Assim, não serão considerados outros documentos, tais como declaração e contrato de prestação de serviços.
- 8.3.4. O tempo de serviço prestado pelo candidato será contado, na Prova de Títulos, até, no máximo, a data de início das inscrições.
- 8.4. **Título de Escolaridade – no total de 05 pontos.**



- 8.4.1. Ensino Regular, no total de 05 pontos, em caso de escolaridade em nível acima da exigida para o cargo pleiteado.
- 8.4.2. A comprovação do título de escolaridade deverá ser feita por meio de cópia legível, autenticada em cartório, do Histórico Escolar, Certificado ou Diploma; ou, ainda, por meio de Declaração, original, assinada por autoridade competente.
- 8.4.3. Não será considerado como título e não será computado na Prova de Títulos o documento (Histórico Escolar, Certificado, Diploma ou Declaração) do candidato que comprove apenas a escolaridade mínima exigida para o exercício do cargo/função pleiteado.
- 8.4.4. Em caso de apresentação de comprovante de conclusão de curso de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização, com carga horária mínima de 360 horas) ou mestrado, este será considerado na Prova de Títulos somente se for apresentado juntamente com o comprovante de curso superior (cópia autenticada em cartório, exceto no caso de declaração, que deverá ser original), de modo que fique comprovado que o curso de Pós-graduação não é a escolaridade mínima exigida que o candidato possui para pleitear o cargo.
- 8.5. Título de capacitação ou aperfeiçoamento**
- 8.5.1. Curso de capacitação ou aperfeiçoamento profissional na área específica do cargo/função pleiteado, promovido por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos públicos competentes, no total máximo de 10 (dez) pontos. A comprovação deverá ser feita através de cópia, autenticada em cartório, do Certificado.
- 8.5.2. Observado o limite máximo de 10 (dez) pontos, será atribuído 02 (dois) pontos por curso de aperfeiçoamento com carga horária de 40 horas, e 05 (cinco) pontos por curso de capacitação com carga horária mínima de 180 horas, desde que o(s) curso(s) não seja(m) a habilitação que o candidato possui para pleitear o cargo/função. Assim, caberá ao candidato anexar comprovação (cópia, autenticada em cartório, do certificado ou diploma) de que o curso não se refere ao exigido para o exercício do cargo/função.
- 8.5.2.1. Títulos de capacitação ou aperfeiçoamento referentes a cursos da área de informática não serão computados como títulos, excetuados os cursos na área específica dos cargos de códigos de inscrição nº 5, 6, 13, 55, 56, 61, 65, 66, 67, 68, 69 (citados no Anexo I), desde que não sejam a habilitação exigida para o exercício do cargo/função pleiteado.
- 8.6. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO PARA A PROVA DE TÍTULOS** – A documentação para a Prova de Títulos, se o candidato a possuir, deverá ser entregue exclusivamente no período compreendido entre as 8 horas do dia 20 de novembro de 2006 e as 18 horas do dia 24 de novembro de 2006, **diretamente na Unimontes/Cotec** – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 04, Montes Claros/MG – no horário das 8h às 18 horas.
- 8.6.1. O candidato ou seu representante deverá entregar os documentos em um **envelope** tamanho A4 ou maior (sem estar lacrado), constando, no lado de fora: o nome completo do candidato, o cargo/função pleiteado e a indicação: **TÍTULOS CP-UNIMONTES/ADM**.
- 8.6.2. Os documentos não serão conferidos no ato do recebimento. A falta ou incorreção de algum documento será de responsabilidade única do candidato. Os documentos serão protocolados pelo(a) atendente da Cotec, sendo a entrega de responsabilidade única do candidato, ainda que tenha sido entregue por terceiros. Após o protocolo, o envelope será lacrado na presença do candidato ou de seu representante.
- 8.6.3. Não poderão conter, em um mesmo envelope, documentos de mais de um candidato. No caso dessa ocorrência, os documentos dos mesmos não serão considerados para a Prova de Títulos.
- 8.6.4. Após a entrega e protocolo do envelope constando os títulos, não poderá haver substituição, complementação ou inclusão de documentos. Na fase recursal, somente será aceita a substituição de documentos na ocorrência de erro material, devidamente comprovado e justificado pela instituição emitente.
- 8.6.5. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, títulos entregues após o dia 24 de novembro de 2006.
- 8.6.6. **Serão preliminarmente desconsiderados títulos enviados à Cotec/Unimontes pelos Correios, por fax, Internet ou outro meio que não seja o especificado no item 8.7 deste Edital.**
- 8.6.7. A Cotec/Unimontes não se responsabilizará por documentos originais que os candidatos, eventualmente, deixarem dentro do envelope.
- 8.7. Documentos relativos a cursos realizados no exterior só serão considerados se estiverem traduzidos para o português por tradutor oficial e se atenderem à legislação nacional aplicável ao reconhecimento de cada curso.
- 8.8. A análise relativa à Prova de Títulos será feita à luz da documentação apresentada no prazo estabelecido neste Edital.
- 8.9. **O candidato, cujo nome civil tiver sofrido alteração ou complementação por força de casamento civil, separação ou outra situação legal, até a data de entrega dos documentos comprobatórios de títulos, deverá comprovar o fato por meio de cópia simples do documento oficial, para que não tenha prejuízo na análise de títulos.**
- 8.10. Não serão considerados como experiência trabalho voluntário e estágio.
- 8.11. É vedada a soma de tempo de serviço prestado simultaneamente em dois ou mais cargos ou funções.
- 8.12. Os títulos entregues serão de propriedade da Cotec/Unimontes, que lhes dará o destino que julgar conveniente, decorridos sessenta dias da divulgação do resultado final do Concurso.
- 8.13. A Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos poderá solicitar, no ato da posse, a apresentação dos documentos originais, para verificação da autenticidade das cópias apresentadas na Prova de Títulos.
- 8.14. A análise dos títulos será realizada por comissão especial, constituída por meio de Portaria da Reitoria da Unimontes, que terá decisão terminativa quanto à avaliação dos títulos.

## 9 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

- 9.1. A classificação final dos candidatos dar-se-á pela soma dos pontos obtidos na Prova de Múltipla Escolha, para os candidatos que alcançarem a pontuação mínima exigida para essas provas, mais os pontos obtidos na Prova de Títulos.
- 9.2. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, terá preferência o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Persistindo o empate ou não havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, será classificado, preferencial e sucessivamente, o candidato que:



- a) obtiver maior pontuação na Prova de Múltipla Escolha de maior peso.
- b) tiver idade maior.

#### 10 – DO RESULTADO DO CONCURSO

- 10.1. O resultado da Prova de Títulos será divulgado no dia 08 de dezembro de 2006, com lista afixada no Prédio 4 (Cotec), e no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br).
- 10.2. O resultado final com a pontuação relativa à Prova de Múltipla Escolha e Prova de Títulos **será divulgado até o dia 22 de dezembro de 2006**, com lista afixada no Prédio 4 (Cotec), no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) e no jornal oficial do Estado de Minas Gerais.
- 10.3. Os resultados serão divulgados em duas listas. Na 1ª lista, os candidatos serão classificados por cargo e no limite de vagas, na ordem decrescente da soma dos pontos obtidos nas Provas de Múltipla Escolha e de Títulos, inclusive os candidatos portadores de deficiência. Na 2ª lista, constará, especificamente, a classificação dos candidatos portadores de deficiência, por cargo.
- 10.4. Não haverá informação individual aos candidatos. Caberá a estes tomarem conhecimento do resultado deste Concurso nos locais indicados para divulgação. A responsabilidade pela busca de informações, bem como pelos prejuízos decorrentes, se houver, será exclusiva do candidato e não da Cotec/Unimontes.
- 10.5. Para os candidatos classificados além do limite de vagas, as listagens serão apresentadas em ordem decrescente, observando-se a classificação final.
- 10.6. Não serão divulgados nomes e pontos dos candidatos eliminados ou não classificados no Concurso. O Extrato com as notas dos candidatos será disponibilizado no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) ou consultado na Cotec.
- 10.7. Os resultado divulgados no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) ficarão disponibilizados por, no mínimo, 30 (trinta) dias.

#### 11 – DOS RECURSOS

##### 11.1. Caberá recurso, em formulário próprio:

- 11.1.1. Contra normas do presente Edital, com fundamentação e comprovação, das 08 horas do dia 20 de junho de 2006 às 18 horas do dia 26 de junho de 2006, na Cotec, exceto sábados, domingos e feriados. A Cotec/Unimontes responderá aos recursos até às 18 horas do dia 07 de julho de 2006.
- 11.1.2. Contra o resultado do pedido de isenção da taxa de inscrição – Pré-inscrição –, das 08 horas do dia 1º de agosto de 2006 às 18 horas do dia 07 de agosto de 2006, na Cotec, exceto sábados, domingos e feriados. A Cotec/Unimontes responderá aos recursos até às 18 horas do dia 11 de agosto de 2006.
- 11.1.3. Contra o indeferimento da inscrição como portador de deficiência, desde que devidamente fundamentado e comprovado, das 08 horas do dia 28 de agosto de 2006 às 18 horas do dia 1º de setembro de 2006, na Cotec. A Cotec/Unimontes responderá aos recursos até às 18 horas do dia 11 de setembro de 2006.
- 11.1.4. Contra qualquer questão das Provas de Múltipla Escolha, das 08 horas do dia 09 de outubro de 2006 às 18 horas do dia 17 de outubro de 2006, na Cotec, na ocorrência de erros ou omissões no gabarito, desde que se demonstre o erro material. A Cotec/Unimontes responderá aos recursos até às 18 horas do dia 06 de novembro de 2006.
- 11.1.5. Contra o resultado da Prova de Títulos, das 08 horas do dia 11 de dezembro de 2006 a 15 de dezembro de 2006, na Cotec, desde que esteja devidamente fundamentado. Caberá à Comissão Especial a análise dos recursos. A Cotec/Unimontes responderá aos recursos até às 18 horas do dia 22 de dezembro de 2006.
- 11.2. **Os recursos poderão ser interpostos somente pelo candidato ou por seu procurador, mediante instrumento de procuração simples. No anexo IV, encontra-se o formulário para interposição de recursos.**
- 11.3. Os recursos, devidamente fundamentados e com letra legível, deverão ser entregues, nos prazos especificados, **somente** na Cotec, mediante recibo constando data, horário e número de protocolo.
- 11.4. Não serão respondidos os recursos que forem enviados através de Fax, Correios, Internet ou outro meio que não seja o citado no item 11.3.
- 11.5. Em qualquer um dos casos previstos para interposição de recursos, estes, devidamente fundamentados, deverão conter dados que informem a identidade do reclamante, seu número de inscrição, cargo pleiteado e endereço completo.
- 11.6. Serão rejeitados, preliminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados ou, ainda, aqueles a que se der entrada fora do prazo improrrogável, previsto nos subitens do item 11.1, conforme o caso.
- 11.7. Caberá ao candidato ou ao seu representante comparecer à Cotec para receber a resposta do recurso interposto. A resposta ficará à disposição do candidato ou de seu representante por um período máximo de 15 (quinze) dias úteis, observada a data limite para resposta. Após esse prazo, se o candidato ou seu representante não retirar o documento, este será destruído pela Cotec/Unimontes.
- 11.8. Decairá do direito de impugnar este Edital o candidato que efetivar sua inscrição, aceitando, assim, todas as disposições nele contidas, e desde que não observado o prazo estabelecido no subitem 11.1.1.

#### 12 – DA NOMEAÇÃO E POSSE

- 12.1. O provimento dos cargos, nas vagas oferecidas neste Concurso, será feito por nomeação, respeitando sempre a ordem de classificação dos candidatos.
  - 12.1.1. Poderá, a critério e decisão da Unimontes, haver o reaproveitamento dos candidatos classificados neste concurso para cargo/função de uma determinada localidade para mesmo cargo/função de outra localidade, na hipótese de não existir candidato(s) classificado(s) para a(s) vaga(s).
- 12.2. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- 12.3. O candidato nomeado, quando convocado para posse, além de atender aos pré-requisitos exigidos para o cargo, deverá apresentar, obrigatoriamente, o original e xerox (legível e sem rasuras) dos seguintes documentos:
  - a) Carteira de Identidade.
  - b) Certidão de Nascimento ou Casamento.



- c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais.  
d) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino.  
e) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.  
f) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito.  
g) Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido pelo órgão indicado pela Unimontes, acompanhado dos exames que forem indicados.  
h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, expedido por Instituição de Ensino Oficial ou legalmente reconhecida, conforme exigência do cargo, registrado no órgão competente.  
i) Registro no respectivo Conselho de Classe, conforme exigência legal, se for o caso.  
j) Comprovante de experiência profissional, se for exigência do cargo.  
k) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.  
l) Declaração de bens que constituam seu patrimônio.  
m) 02 fotos 3x4, recentes.
- 12.4. A lotação do servidor nomeado e empossado será determinada pelo reitor da Unimontes ou conforme sua delegação.
- 12.5. Na eventualidade de surgir(em) nova(s) vaga(s) para os cargos a que se refere este Edital, poderão ser nomeados e empossados, nessa(s) vaga(s), candidatos classificados além do limite de vagas, obedecida a ordem de classificação neste Concurso e observado o prazo de validade do mesmo.
- 12.6. Caso ocorra a nomeação prevista no item 12.5, deverão ser cumpridas as disposições estabelecidas no item 4.2 deste Edital, relativas à nomeação de candidatos portadores de deficiência classificados neste Concurso, na proporção de 10% (dez por cento) das novas vagas surgidas e observada a ordem de classificação dos mesmos.
- 12.7. O candidato nomeado apresentar-se-á, para posse e exercício, às suas expensas.
- 12.8. A nomeação dos candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados no Concurso observará, em cada cargo/função, a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.
- 12.9. O candidato nomeado deverá se submeter a exames médicos pré-admissionais sob a responsabilidade do Serviço Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que concluirá quanto à sua aptidão física e mental para o exercício do cargo, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 43.657, de 21 de novembro de 2003.
- 12.10. Na realização dos exames médicos pré-admissionais, o candidato deverá apresentar:
- Formulário oficial da Perícia Médica devidamente preenchido.
  - Comprovante de nomeação – cópia do ato de nomeação publicado no Órgão Oficial dos Poderes do Estado – Minas Gerais.
  - Resultado dos seguintes exames complementares, realizados às expensas do candidato:
    - I - hemograma completo;
    - II - contagem de plaquetas;
    - III - glicemia de jejum;
    - IV - urina rotina.
- 12.10.1. Além dos exames citados no item 12.10, na realização de exames médicos pré-admissionais para fins de exercício nos cargos/funções relacionados no quadro abaixo, deverão ser apresentados, às expensas do candidato, o resultado dos seguintes exames complementares:
- | Cargo/Função  | Exames Complementares  |
|---|--|
| Técnico Universitário da Saúde / Assistência técnica em farmácia  | Exame oftalmológico: acuidade visual com correção.   |
| Técnico Universitário da Saúde / Assistência técnica em higiene dental                                      | Exame oftalmológico: acuidade visual com correção; Dosagem de mercúrio urinário.             |
| Técnico Universitário da Saúde / Assistência técnica em radiologia  | Teste de gravidez, no caso de mulheres.  |
| Técnico Universitário da Saúde / Assistência técnica em enfermagem  | Exame oftalmológico: acuidade visual com correção.   |
| Técnico Universitário da Saúde / Assistência em citotécnica   | Exame oftalmológico: acuidade visual com correção; dosagem de ácido metil-hipúrico na urina. |
| Técnico Universitário da Saúde / Assistência técnica em laboratório de análises clínicas na área hospitalar | Exame oftalmológico: acuidade visual com correção.   |
| Analista Universitário da Saúde / Assistência na área de patologia clínica                                  | Exame oftalmológico: acuidade visual com correção.   |
- 12.11. Na inspeção médica poderão, a critério clínico, ser exigidos novos exames e testes complementares considerados necessários para a conclusão do exame médico pré-admissional.
- 12.12. O candidato considerado inapto, após exame médico pré-admissional, estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação anulado.
- 12.13. O candidato de que trata os subitens 4.2.1 e 4.2.2, se aprovado e classificado, paralelamente à realização do exame médico pré-admissional, disposto no subitem 12.9 deste Edital, será submetido à inspeção por Junta Médica, a ser realizada em Unidade Regional indicada pelo Serviço Médico Pericial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, para emissão de Certidão de Caracterização ou não de Deficiência, conforme disposto no Artigo 6º do Decreto nº 43.657/2003.
- 12.13.1. A Certidão de Caracterização do Candidato como Portador de Deficiência e compatibilidade com as atribuições do cargo será fundamentada, propiciando ao candidato portador de deficiência a oportunidade de recorrer, em caso de inconformismo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data em que o Serviço Médico



Pericial Oficial do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais der ciência do resultado da perícia ao candidato.

- 12.13.2. O recurso será interposto por meio de requerimento fundamentado, facultado ao requerente a juntada dos documentos que julgar convenientes.
- 12.13.3. O recurso interposto suspende, até o trânsito em julgado na esfera administrativa, o prazo legal de posse do candidato nomeado.
- 12.13.4. O recurso será decidido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e, se acatado, poderá o Chefe do Serviço Pericial Oficial convocar o recorrente para novo exame que será realizado por Junta Médica designada por essa chefia”.
- 12.13.5. O candidato que não tiver, nos termos do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, caracterizada pela Junta Médica Oficial a deficiência declarada terá seu ato de nomeação anulado e retornará para a listagem de ampla concorrência.

### 13 – NORMAS DISCIPLINARES

- 13.1. A Cotec – Comissão Técnica de Concursos da Unimontes – terá amplos poderes para orientação, realização e fiscalização dos trabalhos do Concurso. Somente poderão adentrar nos prédios onde serão aplicadas as provas pessoas devidamente autorizadas pela Unimontes/Cotec.
- 13.2. Todas as informações referentes a este Concurso serão prestadas pela Cotec/Unimontes – realizadora do Concurso – e poderão ser obtidas no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br) ou através do telefone (38) 3229-8080.
- 13.3. O Candidato que, comprovadamente, usar de fraude ou para ela concorrer, atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar ou fiscalizar a aplicação das provas será automaticamente excluído do Concurso, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 13.4. Incorrerá em Processo Administrativo, para fins de demissão do Serviço Público, em qualquer época, o candidato que houver realizado o Concurso usando documento ou informações falsas ou outros meios ilícitos, devidamente comprovados.

### 14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. A Cotec será responsável pela elaboração e aplicação das Provas de Múltipla Escolha, pelo processamento da classificação final e definitiva dos candidatos e pelo fornecimento de todas as informações referentes a este Concurso Público.
- 14.2. Durante a aplicação e correção das Provas de Múltipla Escolha, se ficar constatado, em qualquer questão, erro de elaboração que prejudique a resposta, conforme o Gabarito Oficial, a Cotec/Unimontes poderá anular a questão e, nesse caso, divulgar sua decisão, antes da publicação do Resultado Final, através de resolução afixada nos quadros de avisos da Cotec/Unimontes e, também, no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br).
- 14.3. Não haverá justificativa para o não-cumprimento pelo candidato dos prazos determinados neste Edital.
- 14.4. Serão de propriedade da Cotec/Unimontes, que lhes dará destino conveniente, decorridos 60 (sessenta) dias da divulgação do resultado do Concurso, as Folhas de Respostas das Provas de Múltipla Escolha, os cadernos de provas de Múltipla Escolha deixados pelos candidatos e os documentos relativos à Prova de Títulos.
- 14.5. O prazo de validade deste Concurso é de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- 14.6. A aprovação neste Concurso Público não gera direito à nomeação, a qual se dará a exclusivo critério do Governo do Estado de Minas Gerais dentro do prazo de validade do concurso e na forma da Lei, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final dos candidatos.
- 14.7. Em hipótese alguma, serão concedidas vistas ou cópias de provas, ressalvado o item 11.1.4.
- 14.8. Do resultado deste Concurso Público não caberá recurso de qualquer natureza, salvo os casos previstos no item 11 deste Edital.
- 14.9. A Cotec/Unimontes não se responsabiliza por quaisquer textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.
- 14.10. São de inteira responsabilidade do candidato as declarações incompletas, erradas ou desatualizadas do seu endereço e que venham a dificultar quaisquer comunicações necessárias sobre o Concurso. O candidato classificado no Concurso deverá, durante o prazo de validade do concurso, manter atualizado o seu endereço residencial junto à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Unimontes. Não caberá ao candidato classificado qualquer reclamação, caso não seja possível a sua convocação por falta de atualização do endereço residencial.
- 14.11. Na ocorrência de caso fortuito, força maior, ou qualquer outro fato previsível ou imprevisível que impeça a realização do Concurso, à Cotec/Unimontes será reservado o direito de cancelar, substituir provas ou atribuir pesos compensatórios, de modo a viabilizar o Concurso.
- 14.12. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, as disposições e instruções contidas na Folha de Respostas e nas Provas, bem como Editais Complementares, Retificações do Edital ou Portarias ou Resoluções referentes ao Concurso que vierem a ser publicados pela Cotec/Unimontes.
- 14.13. A inscrição implicará, por parte do candidato, o conhecimento e plena aceitação das normas deste Edital.
- 14.14. A Cotec não fornecerá declarações de classificação e/ou de aprovação neste Concurso.
- 14.15. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Técnica de Concursos da Unimontes -Cotec – , ouvida a Comissão deste Concurso.
- 14.16. Caberá ao Reitor da Unimontes a homologação do resultado deste Concurso.
- 14.17. As publicações referentes ao Concurso Público serão feitas nos seguintes locais:



- a) No jornal oficial do Estado de Minas Gerais: O Edital e eventuais retificações, os Anexos I e II do Edital, o Resultado Final.
- b) Nos quadros de avisos da Cotec e no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br): O Edital e eventuais retificações, os Anexos I, II, III e IV do Edital; as inscrições deferidas ou indeferidas para as vagas de portadores de deficiência; o resultado de pedidos de isenção da taxa de inscrição; o Gabarito Oficial das Provas de Múltipla Escolha; a lista de candidatos habilitados para a Prova de Títulos; o resultado da Prova de Títulos, o Resultado Final.

Montes Claros – MG, 19 de junho de 2006.\*

**Professor WAGNER DE PAULO SANTIAGO**  
PRESIDENTE DA COTEC

**Professor PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA**  
REITOR

\* Edital Retificado, considerando a 1ª Retificação, de 19/07/2006, a 2ª Retificação, de 28/07/2006, e a 3ª Retificação, de 14/08/2006.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – EDITAL 01/2006 – ANEXO I RETIFICADO (1ª, 2ª e 3ª Retificação)**

**CARGOS/FUNÇÕES, VAGAS, CÓDIGOS DE INSCRIÇÃO, LOCAL DE LOTAÇÃO, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, VENCIMENTO BÁSICO MENSAL**

<b>CARGOS</b>	<b>2 FUNÇÕES*</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CÓDIGO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>3 LOCAL DE TRABALHO**</b>	<b>4 ESCOLARIDADE MÍNIMA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO/FUNÇÃO***</b>	<b>VENCIMENTO BÁSICO****</b>	
Analista Universitário	Assistência em controle processual e pesquisa técnica	02	1	Montes Claros	Nível Superior em Direito	R\$ 800,00	
	Assistência na área de recursos humanos	02	2	Montes Claros	Nível Superior em Administração e registro no Conselho Regional de Administração		
	Assistência, administração e planejamento na área pública	02	3	Montes Claros	Nível Superior em Administração		
	Assistência na área de materiais e patrimônio	01	4	Montes Claros	Nível Superior em Administração e registro no Conselho Regional de Administração		
	Assistência na administração de rede de computadores	01	5	Montes Claros	Nível Superior em Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação		
	Assistência à administração em Webdesigner	01	6	Montes Claros	Nível Superior em Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação		
	Assistência na área de arquitetura	01	7	Montes Claros	Nível Superior em Arquitetura e registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia		
	Assistência na área contábil e de auditoria	04	8	Montes Claros	Nível Superior em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade		
	Assistência na área de contabilidade pública e auditoria	02	9	Montes Claros	Nível Superior em Contabilidade		
	Assistência na área de planejamento econômico	02	10	Montes Claros	Nível Superior em Ciências Econômicas e registro no Conselho Regional de Economia		
	Assistência na área de engenharia civil	01	11	Montes Claros	Nível Superior em Engenharia Civil e registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia		
	Assistência na área de engenharia elétrica	01	12	Montes Claros	Nível Superior em Engenharia Elétrica e registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura		
	Assistência na área de análise de sistemas	01	13	Montes Claros	Nível Superior em Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação		
	Assistência na área de jornalismo	01	14	Montes Claros	Nível Superior em qualquer área do conhecimento e registro de jornalista no Sindicato dos Jornalistas Profissionais.		
	Assistência na área de psicologia organizacional	01	15	Montes Claros	Nível Superior em Psicologia e registro no Conselho Regional de Psicologia		
	Assistência na área de sociologia	02	16	Montes Claros	Nível Superior em Ciências Sociais		
	Assistência na área de Biblioteconomia		05	17	Montes Claros		Nível Superior em Biblioteconomia e registro no Conselho Regional de Biblioteconomia
			01	18	Janaúba		
		01	19	Januária			
		01	20	Pirapora			
		01	21	São Francisco			
		01	22	Brasília de Minas			
		01	23	Paracatu			
		01	24	Unaí			
		01	25	Almenara			
		01	26	Joáíma			
		01	27	Espinosa			
		01	28	Salinas			

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – EDITAL 01/2006 – ANEXO I RETIFICADO (1ª, 2ª e 3ª Retificação)**

**CARGOS/FUNÇÕES, VAGAS, CÓDIGOS DE INSCRIÇÃO, LOCAL DE LOTAÇÃO, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, VENCIMENTO BÁSICO MENSAL**

<b>CARGOS</b>	<b>5 FUNÇÕES*</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CÓDIGO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>6 LOCAL DE TRABALHO**</b>	<b>7 ESCOLARIDADE MÍNIMA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO/FUNÇÃO***</b>	<b>VENCIMENTO BÁSICO****</b>
Analista Universitário da Saúde	Assistência na área de administração hospitalar	01	<b>29</b>	Montes Claros	Nível Superior em Administração	R\$ 975,00
	Assistência na área de serviço social	02	<b>30</b>	Montes Claros	Nível Superior em Serviço Social e registro no Conselho Regional de Serviço Social	
	Assistência na área de patologia clínica	08	<b>31</b>	Montes Claros	Nível Superior em Bioquímica, Biomedicina ou Farmácia (com habilitação em Bioquímica) e registro no respectivo Conselho Profissional.	
	Assistência na área de enfermagem hospitalar	38	<b>32</b>	Montes Claros	Nível Superior em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem	R\$ 860,00
	Assistência na área de enfermagem hospitalar em urgência/emergência	25	<b>33</b>	Montes Claros	Nível Superior em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem	
	Assistência na área de enfermagem hospitalar obstétrica	07	<b>34</b>	Montes Claros	Nível Superior em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem	
	Assistência na área de engenharia hospitalar	01	<b>35</b>	Montes Claros	Nível Superior em Engenharia Eletrônica e Curso de, no mínimo, 120 horas em Gestão na área da Saúde e registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia.	R\$ 975,00
	Assistência na área de engenharia e segurança do trabalho	01	<b>36</b>	Montes Claros	Nível Superior em Engenharia e curso em Segurança do Trabalho, registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia e registro de Engenheiro de Segurança do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego	
	Assistência na área de farmácia hospitalar	08	<b>37</b>	Montes Claros	Nível Superior em Farmácia e registro no Conselho Regional de Farmácia	
	Assistência na área de fisioterapia hospitalar	15	<b>38</b>	Montes Claros	Nível Superior em Fisioterapia e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	
	Assistência na área de fonoaudiologia	03	<b>39</b>	Montes Claros	Nível Superior em Fonoaudiologia e registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia	
	Assistência na área de nutrição hospitalar/Clínica	03	<b>40</b>	Montes Claros	Nível Superior em Nutrição e registro no Conselho Regional de Nutrição	
	Assistência na área de pedagogia hospitalar	02	<b>41</b>	Montes Claros	Nível Superior em Pedagogia	
	Assistência na área de psicologia clínica hospitalar	06	<b>42</b>	Montes Claros	Nível Superior em Psicologia e registro no Conselho Regional de Psicologia	
	Assistência na área de Fisioterapia hospitalar/UTI	08	<b>77</b>	Montes Claros	Nível Superior em Fisioterapia e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional	
Assistência na área de Nutrição hospitalar/Produção	02	<b>78</b>	Montes Claros	Nível Superior em Nutrição e registro no Conselho Regional de Nutrição		

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – EDITAL 01/2006 – ANEXO I RETIFICADO (1ª, 2ª e 3ª Retificação)**

**CARGOS/FUNÇÕES, VAGAS, CÓDIGOS DE INSCRIÇÃO, LOCAL DE LOTAÇÃO, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, VENCIMENTO BÁSICO MENSAL**

<b>CARGOS</b>	<b>8 FUNÇÕES*</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CÓDIGO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>9 LOCAL DE TRABALHO**</b>	<b>10 ESCOLARIDADE MÍNIMA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO/FUNÇÃO***</b>	<b>VENCIMENTO BÁSICO****</b>
Técnico Universitário	Apoio Administrativo	186	<b>43</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Ensino Médio)	R\$ 400,00
		02	<b>44</b>	Brasília de Minas		
		02	<b>45</b>	São Francisco		
		02	<b>46</b>	Pirapora		
		02	<b>47</b>	Janaúba		
		01	<b>48</b>	Januária		
		02	<b>49</b>	Espinosa		
		02	<b>50</b>	Salinas		
		02	<b>51</b>	Almenara		
		02	<b>52</b>	Paracatu		
		02	<b>53</b>	Unaí		
	01	<b>54</b>	Joáima			
	Assistência técnica em designer gráfico	02	<b>55</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática e curso de Designer Gráfico de, no mínimo, 40 horas)	
	Assistência técnica em programação de computadores	12	<b>56</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática)	
	Assistência técnica em laboratório	05	<b>57</b>	Janaúba	Nível Intermediário (Curso Técnico em Laboratório ou em Química)	
		03	<b>58</b>	Montes Claros		
	Assistência em técnicas agrícolas	04	<b>59</b>	Janaúba	Nível Intermediário (Curso de Técnicas Agrícolas)	
	Assistência técnica em contabilidade	05	<b>60</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Contabilidade)	
	Assistência técnica em laboratório de informática	10	<b>61</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática)	
	Assistência técnica em eletromecânica	03	<b>62</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletromecânica), registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia	
01		<b>63</b>	Januária			
Assistência técnica em eletrônica	03	<b>64</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletrônica), registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia		
Assistência técnica em rede de computadores	02	<b>65</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática e curso de, no mínimo, 40 horas em Rede de Computadores)		
Assistência técnica em manutenção de equipamentos de informática	10	<b>66</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletrônica ou Informática e curso de, no mínimo, 40 horas em Manutenção de Equipamentos de Informática)		
	01	<b>67</b>	Janaúba			
	01	<b>68</b>	Pirapora			
	01	<b>69</b>	Januária			

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL  
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – EDITAL 01/2006 – ANEXO I RETIFICADO (1ª, 2ª e 3ª Retificação)**

**CARGOS/FUNÇÕES, VAGAS, CÓDIGOS DE INSCRIÇÃO, LOCAL DE LOTAÇÃO, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, VENCIMENTO BÁSICO MENSAL**

<b>CARGOS</b>	<b>11 FUNÇÕES*</b>	<b>VAGAS</b>	<b>CÓDIGO DE INSCRIÇÃO</b>	<b>12 LOCAL DE TRABALHO**</b>	<b>13 ESCOLARIDADE MÍNIMA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO/FUNÇÃO***</b>	<b>VENCIMENTO BÁSICO****</b>
Técnico Universitário da Saúde	Assistência técnica em manutenção de equipamentos médico-hospitalares	03	<b>70</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletrônica, Eletromecânica ou Automação Industrial) e curso de, no mínimo, 120 horas na área de manutenção em equipamentos médico-hospitalares e registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia	R\$ 400,00
	Assistência em citotécnica	02	<b>71</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Citotécnica) e registro no Conselho Regional de Farmácia ou no Conselho Regional de Medicina	
	Assistência técnica em enfermagem	246	<b>72</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Enfermagem), registro no Conselho Regional de Enfermagem	
	Assistência técnica em farmácia	41	<b>73</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Farmácia)	
	Assistência técnica em higiene dental	16	<b>74</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Higiene Dental), registro no Conselho Regional de Odontologia	
	Assistência técnica em laboratório de análises clínicas na área hospitalar	25	<b>75</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Análises Clínicas ou Química)	
	Assistência técnica em radiologia	10	<b>76</b>	Montes Claros	Nível Intermediário (Curso Técnico em Radiologia), registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia	

\* *A jornada de trabalho semanal é de 30 horas, exceto para Analista Universitário da Saúde – Assistência na área de enfermagem hospitalar, Analista Universitário da Saúde – Assistência na área de enfermagem hospitalar em urgência/emergência, Analista Universitário da Saúde – Assistência na área de enfermagem hospitalar obstétrica, cuja jornada é de 24 horas.*

\*\* *Para cargos com local de trabalho em Montes Claros, o exercício funcional será a critério e conforme a necessidade da Unimontes, em quaisquer de suas unidades administrativas.*

\*\*\* *A escolaridade//habilitação exigida e outros pré-requisitos para o exercício do cargo deverão ser comprovados por ocasião da posse.*

\*\*\*\* *O vencimento básico mensal será reajustado em 5% (cinco por cento), a partir de 1º/07/2006, em conformidade com o Artigo 4º da Lei Estadual nº 15.785/2005.*

\*

Montes Claros/MG, 19 de junho de 2006.

Professor Wagner de Paulo Santiago  
Presidente da Cotec

Professor Paulo César Gonçalves de Almeida  
Reitor

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – EDITAL 01/2006 – ANEXO II RETIFICADO**

**PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA POR CARGO/FUNÇÃO E ESCOLARIDADE, Nº DE QUESTÕES, PESOS E PONTOS DAS PROVAS**

<b>CARGOS</b>	<b>14 FUNÇÃO</b>	<b>ESCOLARIDADE MÍNIMA</b>	<b>PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E Nº DE QUESTÕES*</b>	<b>PESOS</b>	<b>PONTOS</b>
<b>Analista Universitário</b>	Assistência em controle processual e pesquisa técnica	Nível Superior em Direito	Conhecimentos de Língua Portuguesa – 10 questões Conhecimentos Específicos – 15 questões Conhecimentos de Administração Pública – 05 questões	2,5 3,0 2,0	25 45 10
	Assistência na área de recursos humanos	Nível Superior em Administração			
	Assistência, administração e planejamento na área pública	Nível Superior em Administração			
	Assistência na área de materiais e patrimônio	Nível Superior em Administração			
	Assistência na administração de rede de computadores	Nível Superior em Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação			
	Assistência à administração em Webdesigner	Nível Superior em Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação			
	Assistência na área de arquitetura	Nível Superior em Arquitetura			
	Assistência na área contábil e de auditoria	Nível Superior em Ciências Contábeis			
	Assistência na área de contabilidade pública e auditoria	Nível Superior em Contabilidade			
	Assistência na área de planejamento econômico	Nível Superior em Ciências Econômicas			
	Assistência na área de engenharia civil	Nível Superior em Engenharia Civil			
	Assistência na área de engenharia elétrica	Nível Superior em Engenharia Elétrica			
	Assistência na área de análise de sistemas	Nível Superior em Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação			
	Assistência na área de jornalismo	Nível Superior em qualquer área do conhecimento			
	Assistência na área de psicologia organizacional	Nível Superior em Psicologia			
<b>Analista Universitário da Saúde</b>	Assistência na área de administração hospitalar	Nível Superior em Administração			
	Assistência na área de serviço social	Nível Superior em Serviço Social			
	Assistência na área de patologia clínica	Nível Superior em Bioquímica, Biomedicina ou Farmácia			
	Assistência na área de enfermagem hospitalar	Nível Superior em Enfermagem			
	Assistência na área de enfermagem hospitalar em urgência/emergência	Nível Superior em Enfermagem			
	Assistência na área de enfermagem hospitalar Obstétrica	Nível Superior em Enfermagem			
	Assistência na área de engenharia hospitalar	Nível Superior em Engenharia Eletrônica e Curso em Gestão na área da Saúde			
	Assistência na área de engenharia e segurança do trabalho	Nível Superior em Engenharia e Curso em Segurança do Trabalho			
	Assistência na área de farmácia hospitalar	Nível Superior em Farmácia			
	Assistência na área de fisioterapia hospitalar	Nível Superior em Fisioterapia			
	Assistência na área de fonoaudiologia	Nível Superior em Fonoaudiologia			
	Assistência na área de nutrição hospitalar	Nível Superior em Nutrição			
	Assistência na área de pedagogia hospitalar	Nível Superior em Pedagogia			
	Assistência na área de psicologia clínica hospitalar	Nível Superior em Psicologia			
	Assistência na área de fisioterapia hospitalar/UTI	Nível Superior em Fisioterapia			
Assistência na área de nutrição hospitalar/UTI	Nível Superior em Nutrição				

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – EDITAL 01/2006 – ANEXO II RETIFICADO**

**PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA POR CARGO/FUNÇÃO E ESCOLARIDADE, Nº DE QUESTÕES, PESOS E PONTOS DAS PROVAS**

CARGOS	15 FUNÇÃO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E Nº DE QUESTÕES*	PESOS	PONTOS
<b>Técnico Universitário</b>	Apoio Administrativo	Nível Intermediário (Ensino Médio)	Conhecimentos de Língua Portuguesa – 10 questões Conhecimentos de Matemática – 10 questões Conhecimentos de Administração Pública – 05 questões Conhecimentos de Informática – 05 questões	3,5 2,5 2,0 2,0	35 25 10 10
	Assistência técnica em designer gráfico	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática e Curso de Designer Gráfico)	Conhecimentos de Língua Portuguesa – 10 questões Conhecimentos Específicos – 15 questões Conhecimentos de Administração Pública – 05 questões	2,5 3,0 2,0	25 45 10
	Assistência técnica em programação de computadores	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática)			
	Assistência técnica em laboratório	Nível Intermediário (Curso Técnico em Laboratório ou em Química)			
	Assistência em técnicas agrícolas	Nível Intermediário (Curso de Técnicas Agrícolas)			
	Assistência técnica em contabilidade	Nível Intermediário (Curso Técnico em Contabilidade)			
	Assistência técnica em laboratório de informática	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática)			
	Assistência técnica em eletromecânica	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletromecânica)			
	Assistência técnica em eletrônica	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletrônica)			
Assistência técnica em rede de computadores	Nível Intermediário (Curso Técnico em Informática e Curso em Rede de Computadores)				
Assistência técnica em manutenção de equipamentos de informática	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletrônica ou Informática e Curso de Manutenção de Equipamentos de Informática)				
<b>Técnico Universitário da Saúde</b>	Assistência técnica em manutenção de equipamentos médico-hospitalares	Nível Intermediário (Curso Técnico em Eletrônica, Eletromecânica ou Automação Industrial)	Conhecimentos de Língua Portuguesa – 10 questões Conhecimentos Específicos – 15 questões Conhecimentos de Administração Pública – 05 questões	2,5 3,0 2,0	25 45 10
	Assistência em citotécnica	Nível Intermediário (Curso Técnico em Citotécnica)			
	Assistência técnica em enfermagem	Nível Intermediário (Curso Técnico em Enfermagem)			
	Assistência técnica em farmácia	Nível Intermediário (Curso Técnico em Farmácia)			
	Assistência técnica em higiene dental	Nível Intermediário (Curso Técnico em Higiene Dental)			
	Assistência técnica em laboratório de análises clínicas na área hospitalar	Nível Intermediário (Curso Técnico em Análises Clínicas ou Química)			
	Assistência técnica em radiologia	Nível Intermediário (Curso Técnico em Radiologia)			

\* O programa das provas e a bibliografia sugerida constam no anexo III. O horário das provas será informado no Cartão de Inscrição e no sítio [www.cotec.unimontes.br](http://www.cotec.unimontes.br)

Montes Claros – MG, 19 de junho de 2006.

**Professor Wagner de Paulo Santiago**

**Presidente da Cotec**

**Professor Paulo César Gonçalves de Almeida**

**Reitor**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

**ATENÇÃO:** A bibliografia sugerida tem apenas o propósito de orientar o estudo dos candidatos, não excluindo, em hipótese alguma, outros livros que abranjam a matéria indicada para cada cargo do Concurso.

**PROGRAMAS COMUNS A TODOS OS CARGOS/FUNÇÕES**

**Nota:** O programa de Língua Portuguesa é comum a todos os cargos/funções; o programa de Conhecimentos de Administração Pública varia de acordo com a escolaridade do cargo/função.

**LÍNGUA PORTUGUESA – PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÕES**

**Leitura**, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros, como, por exemplo, crônica, notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, texto argumentativo, informativo, normativo, charge, propaganda, ensaio, etc. **As questões de texto verificarão as seguintes habilidades:** identificar informações no texto; relacionar uma informação do texto com outras informações oferecidas no próprio texto ou em outro texto; relacionar uma informação do texto com outras informações pressupostas pelo contexto; analisar a pertinência de uma informação do texto em função da estratégia argumentativa do autor; depreender de uma afirmação explícita outra afirmação implícita; identificar a idéia central de um texto; estabelecer relações entre idéia principal e idéias secundárias; inferir o sentido de uma palavra ou expressão, considerando: o contexto e/ou universo temático e/ou a estrutura morfológica da palavra (radical, afixos e flexões); relacionar, na análise e compreensão do texto, informações verbais com informações de ilustrações ou fatos e/ou gráficos ou tabelas e/ou esquemas; relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando situações de ambigüidade ou de ironia, opiniões, valores implícitos e pressuposições. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. **As questões de gramática serão baseadas em texto(s) e abordarão os seguintes conteúdos:** **Fonética:** Acento tônico, sílaba, sílaba tônica; ortoépia e prosódia; **Ortografia** – Divisão silábica; acentuação gráfica; correção ortográfica; **Morfologia:** Estrutura dos vocábulos: elementos mórficos; processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos; classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego; **Sintaxe:** Teoria geral da frase e sua análise: frase, oração, período, funções sintáticas; concordância verbal e nominal; regência nominal e verbal, crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise (em relação a um ou a mais de um verbo); **Semântica:** Antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos; **Pontuação:** Emprego dos sinais de pontuação.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**ABAURRE, Maria Luíza, PONTARA, Marcela Nogueira. Coleção base: português – volume único. São Paulo: Moderna, 1999. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 30 ed. São Paulo: Nacional, 1998. FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1986. INFANTE, Ulisses. Curso de Gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 2001. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. Observação: Para o conteúdo gramatical, a bibliografia indicada serve como sugestão, podendo o candidato recorrer a outras gramáticas que lhe forem mais acessíveis. Para o conteúdo LEITURA, além da obra indicada, o candidato poderá recorrer a livros didáticos adotados nas escolas de Ensino Médio (2º grau).**

**CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÕES**

1. Conceito de administração pública 2. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3. A probidade na administração pública. 4. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. 5. A responsabilidade do servidor público. 6. Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual. 7. Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais (Lei nº 869/1952 e atualizações).

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal no. 8.429, de 2 de junho de 1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências). Lei 869/1952 e atualizações (Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais). Decreto 43.885 de 2004 (Institui o Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual). MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1992. PAZZAGLINI FILHO, M. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**PROGRAMAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO/FUNÇÃO**

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – APOIO ADMINISTRATIVO**

**MATEMÁTICA**

**Conjuntos Numéricos:** Números naturais (operações mdc, mmc); Números reais (inteiros, racionais e irracionais); Operações e propriedades; Intervalos reais; Razão e proporção; Regra de três; Porcentagem e juros simples; **Medidas:**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

Perímetro e área de figuras planas; **Funções:** Plano cartesiano; Coordenadas no Plano; Função, definição; Domínio, contradomínio e imagem; Gráfico de uma função; Função afim; Definição – domínio, contradomínio e imagem; Estudo de raízes; Função quadrática; Definição - domínio, contradomínio e imagem; Raízes e sinal; Gráficos; Máximos e mínimos; Equações e inequações; Função Exponencial; Definição – propriedades e gráficos; Equações; Função logarítmica; Definição – propriedades e gráficos; Equações; Sistemas lineares; Resolução por escalonamento; Discussão e interpretação geométrica de sistemas de equação com duas equações e duas variáveis; **Análise combinatória:** Princípio fundamental da contagem; Arranjo com e sem repetição; Permutação; Combinação; **Geometria:** Geometria plana; Ângulos – definição, classificação e operações; Triângulos – classificação, congruência e semelhança; Círculo e disco – elementos, setor circular, ângulo central; Geometria métrica: áreas laterais e totais, volumes de prismas, pirâmides, cilindros, cones; **Geometria Analítica:** Distância entre dois pontos; Polinômio; Definição, operações; **Estatística:** Conceito, coleta de dados, amostra, gráficos e tabelas, cálculo e interpretação de médias, mediana e moda.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**KÁTIA & ROKO. Matemática. V. 1, 2, 3. São Paulo: Saraiva, 1995. Livros Didáticos do Ensino Fundamental e Médio. PAIVA, Manoel Rodrigues. Matemática. V. 1, 2, 3, São Paulo. 1995.**

**CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA**

Operação do editor de textos: principais comandos aplicáveis ao texto, tabelas, mala direta. II. Operação do sistema operacional: uso de arquivos, pastas e operações mais freqüentes. III. Operação da planilha: digitação e edição de dados, construção de fórmulas para cálculos de valores, formatação de dados e gráficos. IV. Utilização de programas de apresentações gráficas. V. Utilização de Internet. VI. Utilização do correio eletrônico.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**AQUINO, Roberta. Microsoft Office 2000 - Sem Mistério. Microsoft Press. Edição Berkeley Brasil. BOBOLA, Daniel. Microsoft Word 2000 para Leigos Passo a Passo. Ed. Ciência Moderna. 3. Help do produto Microsoft Windows 2000 Professional. COWART, Robert. Usando Microsoft Windows 2000 Professional. Rio de Janeiro: Campus, 2000. MICROSOFT OFFICE 2000 PROFESSIONAL – Guia autorizado Microsoft. São Paulo: Prentice Hall, 2003. NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Makron, 1996. VELLOSO, F.C. Informática: conceitos básicos. 4. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 1999.**

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM DESIGNER GRÁFICO**

1.Princípios de design e de webdesign; conceituação e processo de produção interface. 2.Arquitetura de informação; tipos de websites, o processo de produção de um website. 3. Diagramação no computador: ferramentas, arquitetura, efeitos visuais. 4. Terminologia utilizada em design gráfico e editoração eletrônica. 5. Editoração: divisão de responsabilidades e passos no processo de produção. 6. Projetos para sistemas de desktop: tipografia, projeto de publicação. 7. Componentes gráficos, tipográficos e iconográficos do layout. 8. Produção: digitação, preparação de arquivos, formatação, revisões; pré-impressão; resolução da imagem para impressão em offset. Ilustração: equipamento e técnicas de produção. 9.Cores: formação, classificação, aplicação; a cor como informação: nas telas do PC e nas páginas impressas; a cor e a pré-impressão. 10. A tipografia na era digital: o tipógrafo como criador; anatomia dos caracteres tipográficos; tipografia na rede. 11. Ética, design e legislação. 12. Design gráfico e design de ambientes: sistemas de comunicação, de identidade visual e de orientação e sinalização. 13. Possibilidades, recursos e utilização dos softwares: Corel Draw, Page Maker, Photoshop, Frontpage, Excel, Power Point. 14. Adequação dos softwares aos diversos tipos de trabalho gráfico para impressão e para Web. 15. Relação entre softwares; possibilidades de interação entre dois ou mais programas. 16. Formatação de arquivos: EPS, TIFF, JPEG, GIF. Uso adequado de cada extensão de arquivo para os diversos tipos de trabalho (para impressão e para Web). 17. Manuais de Softwares específicos: Front, Page, Office, Html.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**ADG O valor do design: guia ADG Brasil de prática profissional do designer gráfico. São Paulo: Ed. Senac São Paulo; ADG Brasil Associação dos designers gráficos, 2003. ALSPACH, Ted. Guia Incrível do Photoshop. Trad.: Kátia A. Roque. São Paulo: Makron Books, 1995. BURNS, Diane, VENIT, S. e HANSEN, R. Desktop Publishing: técnicas de editoração eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. ESCOREL, Ana Luisa. O efeito multiplicador do design. São Paulo: Editora Senac, 2000. FARIAS, Priscila L. Tipografia digital: o impacto das novas tecnologias. Rio de Janeiro: 2AB, 1998. GOMES FILHO, João. Ergonomia do objeto: sistema técnico de leitura ergonômica. São Paulo: Escrituras, 2003. GOMES FILHO, João. Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras, 2000. GOIS, Fernanda Caetano de. Corel Draw 9: Guia Prático. São Paulo: Érica, 1999. GUIMARÃES, Luciano. A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2001. GUIMARÃES, Luciano. As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo. São Paulo: Annablume, 2003. HORIE, Ricardo Minoru. 300 Superdicas de Editoração, Design e Artes Gráficas. São Paulo: Senac, 2000. MELO, Chico Homem de. Os desafios do designer & outros textos sobre design gráfico. São Paulo: Rosari, 2003. OLIVEIRA, Marina. Produção gráfica para designers. Rio de Janeiro: 2AB, 2002. PARKER, Roger C. Diagramando com qualidade no computador: um guia básico de desenho para desktop publishing. Rio de Janeiro: Campus, 1992. RADFAHER, Luli. Design/web/design. São Paulo: Market Press, s.d.e. O valor do design: Guia ADG Brasil de Prática Profissional do Designer Gráfico. São Paulo: ADG Brasil: SENAC, 2003. WEINMANN, Elaine. Photoshop 8. Guia Rápido Visual. São Paulo: - Berkeley, 2000. WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual. São Paulo: Callis, 1995.**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES**

Programação: Algoritmos e linguagens de programação - Estruturas de dados em memória principal e secundária - Algoritmos de manipulação de estruturas em memória principal e secundária - Conceitos de programação orientada a objetos. Desenvolvimento de Software: Aspectos técnicos do desenvolvimento de sistemas, Aspectos gerenciais do desenvolvimento de sistemas.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

GUIMARÃES, Angelo de Moura, LAGES, Newton Alberto. Algoritmos e Estruturas de Dados, ed. LTC, 1994. FARRER, Harry, et al. Algoritmos estruturados. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. ZIVIANI, Nívio. Projeto de algoritmos. São Paulo: Pioneira, 1993. CAMARÃO, Carlos, FIGUEIREDO, Lucília. Programação de Computadores em Java. Ed. LTC, 2003. PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de Software: fundamentos, métodos e padrões. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. PRESSMAN, Roger. Engenharia de Software. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2002. SOMMERVILLE, Ian. Software Engineering. 6. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003. SCHILDT, H. C - completo e total. 3. ed. São Paulo: Makron Books, ZIVIANI, N. Projetos de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. São Paulo: Pioneira, 1993. TENENBAUM, A. M. Estruturas de Dados Usando C. São Paulo: Makron Books, 1995. MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C: curso completo: Módulo 1. São Paulo: McGraw-Hill, 1990. MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C ++. Módulo 1. São Paulo: Makron Books, 1994. SANTOS, C. S. e AZEREDO, P. A. Tabelas: organização e pesquisa. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto. SEBESTA, R. Conceitos de Linguagens de Programação. Porto Alegre: Bookman. MELO A. C. V. & Silva F. S. C. Princípios de Linguagem de Programação. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C: curso completo: Módulo 2. São Paulo: McGraw-Hill, 1990. MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C ++. Módulo 2. São Paulo: Makron Books, 1994.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA EM TÉCNICAS AGRÍCOLAS**

1. Amostragem, manejo e conservação do solo. 2. Cultivo de milho e feijão. 3. Práticas culturais de cucurbitáceas, tomate e cebola. 4. Manejo cultural de banana, manga, abacaxi e maracujá. 5. Manejo da irrigação na agricultura. 6. Manejo integrado de pragas na agricultura. 7. Controle e manejo de doenças na agricultura. 8. Suínos e Aves. 9. Bovinocultura de corte. 10. Bonivocultura de leite.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BERGAMIN FILHO, A. (et al.) (Editores). Manual de Fitopatologia. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995-1997. 2 v.: il. GALLO, D. (et al.). Manual de Entomologia Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1978. 531 p. (Ceres; v. 3). BERNARDO, S. Manual de irrigação. 6. ed. Viçosa: UFV, 1995. 657 p. SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760 p. JARDIM, W. R. Curso de Bovinocultura. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2001, 518 p. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Curso de Avicultura. 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1977, 331 p. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Curso de Suinocultura. 5. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1987, 295 p. CRUZ, J. C. (et al.) (editores) Recomendações técnicas para o cultivo do milho. 2 ed. Brasília: Embrapa, 1996. 204 p. VIEIRA, C.; Paula Jr., T. J.; Borém, A. (editores) Feijão: Aspectos gerais e cultura no Estado de Minas Gerais. Viçosa: UFV, 1998. 596 p. FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000. 402 p. RIBEIRO, A. C.; Guimarães, P. T. G; Vargas, V. H. A. Recomendações para uso de corretivos e fertilizantes no Estado de Minas Gerais: 5. Aproximação. Viçosa: CFSEMG, 1999. 359 p. BONILLA, J. A. Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992. 260 p. VAN RAIJ, B. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo: Agronômica Ceres, 1991. (Ceres; v. 60), 343 p.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

Hardware: Componentes e periféricos. Identificação de falhas. Tecnologias atuais. Software: Instalação e configuração. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows 2000, Windows XP e Linux. Instalação de aplicativos e dispositivos. Ferramentas de segurança (antivírus, antispam, firewall, etc.). Redes de computadores: Configuração de interfaces. Conhecimento básico sobre serviços. Fundamentos de redes locais. Conceitos de protocolos (TCP/IP).

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP Internet Programação de Sistemas Distribuídos: HTML, Javascript e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. GUIMARÃES; LAGE. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: LTC, 1985. MACHADO, F. B.; MAIA, L. P. Introdução à arquitetura de sistemas operacionais. Rio de Janeiro: LTC. MEYER, Marilyn et al. Nosso Futuro e o Computador. Porto Alegre: Bookman, 2000. TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. 4 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. VASCONCELOS, Laércio. Hardware total. São Paulo: Makron Books, 2002. Manual de manutenção de PCs. São Paulo: Makron Books, 2002. Linux: entendendo o sistema Linux – Guia Prático. Porto Alegre: Sulina, 2006. MORIMOTO, Carlos E. Redes e Servidores Linux – Guia Prático. Porto Alegre: Sulina, 2004.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CONTABILIDADE**

CONTABILIDADE PÚBLICA. 1. Contabilidade Pública: Conceitos gerais; Campo de aplicação; Regimes contábeis; Técnicas de registro e de lançamentos contábeis; Plano de contas; Balanço orçamentário, financeiro e patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais. 2. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de planejamento; Princípios; Ciclo orçamentário; Orçamento por programas. 3. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração contábil; Dívida ativa. 4. Despesa Pública: Conceito; Classificação; Licitação; Estágios. 5. Restos a Pagar. 6. Dívida Pública. 7. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos adiantamentos. 8. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas; Variações patrimoniais; Variações ativas e passivas. 9. Créditos Adicionais: Conceito;

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

Classificação; Autorização e abertura; Vigência; Indicação e especificação de recursos. 10. Lei de Responsabilidade Fiscal. 11. Prestação e tomada de contas.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2002. ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994. CRUZ, Flávio (org). Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. KOHAMA, H. Contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei Complementar nº 101/2000 (atualizada). Lei nº 4.320/64 (atualizada). Lei nº 8.666/93 e suas alterações (atualizada). PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM LABORATÓRIO**

Instalações básicas e procedimentos de laboratório. Técnicas e operações básicas de laboratório. Identificação, nomenclatura de materiais e equipamentos. Regras de segurança e primeiros socorros. Técnicas de separação de misturas. Aparelhos usados em operações, armazenagem e uso de reagentes. Cuidados, manutenção, calibração, aferição e uso. Manejo, registro e fichários de reagentes. Preparo, padronização e conservação de soluções. Análise volumétrica. Volumetria de neutralização e aplicações. Volumetria de precipitação e aplicações. Equilíbrio ácido-base, Compostos orgânicos e suas propriedades físicas e químicas; Extração, destilação e purificação. Conhecimentos sobre os procedimentos de coleta e preservação de amostras para análise. Análise qualitativa e quantitativa. Procedimentos e técnicas para limpeza de vidrarias. Operação de equipamentos comuns no laboratório de Química como potenciômetros, colorímetros, balanças, centrífugas, destiladores. Segurança no trabalho de laboratório. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

SANTOS, W. L. P.; MÓL, G. S. Química e Sociedade: Volume único, ensino médio. São Paulo: Nova Geração, 2005. BENABOU, J. E.; RAMANOSKI, M. Química, Volume único, ensino médio, São Paulo: Atual Editora. 2003. ALLINGER, N. L. Química Orgânica; Livro Técnico Científico, 1978. VOGEL, A. I. Química Analítica Qualitativa. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981. BACCAN, N.; DE ANDRADE, J. C.; GODINHO, O. E. S.; BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar, Campinas: Ed. Edgard Blücher 1979. MORITA, T.; ASSUNPÇÃO, R. M. V. Manual de Soluções e Reagentes, Padronização, Preparação e Purificação. São Paulo: Editora Edgard Blücher 1983. VOGEL, A. I. Análise Química Quantitativa. Livros Técnicos e Científicos Editora, 6 edição, Rio de Janeiro, 2000. RUSSEL, J. B. Química Geral. Vol. 1 e 2, Ed. McGraw-Hill – São Paulo, 1994. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELETROMECAÂNICA**

1. Materiais: metalografia, diagrama de equilíbrio da liga ferro carbono, tratamentos térmicos e termoquímicos das ligas ferrosas, ensaios mecânicos destrutivos e não destrutivos. 2. Máquinas Operatrizes: normas de segurança, máquinas e ferramentas, cálculos técnicos, operações fundamentais e plano operacional. 3. Comandos Hidráulicos e Pneumáticos: componentes, óleos hidráulicos, simbologia, circuitos hidráulicos, projeto de um sistema hidráulico, análise de circuitos hidráulicos, componentes pneumáticos e sua simbologia, projeto de sistemas pneumáticos elementares, circuitos fundamentais, análise de circuito. 4. Manutenção: classificação, normas de segurança e higiene na manutenção, ferramentas e instrumentos, análise de falhas em máquinas, órgãos de vedação, órgãos de fixação, cabos de aço e correntes, lubrificação industrial. 5. Metrologia: instrumentos de medição, tolerância dimensional, rugosidade, tolerância geométrica de forma, orientação e posição, calibração, ajuste, controle de qualidade. 6. Soldagem: classificação dos processos, metalurgia da soldagem, processos de soldagem. 7. Desenho Mecânico: representação de peças isoladas, elementos de união, introdução à construção mecânica, desenho de conjuntos. 8. Máquinas Elétricas: circuitos magnéticos e transformadores monofásicos, máquinas de indução, máquinas de corrente contínua. 9. Circuitos Elétricos: corrente elétrica, resistência elétrica, análise de circuitos, capacitância, magnetismo e eletromagnetismo, indutância, corrente alternada, corrente contínua, circuitos monofásicos em c.a, circuitos trifásicos equilibrados e desequilibrados. 10. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais: equilíbrio de forças, estática, tração e compressão, cisalhamento, centro de gravidade, momento de inércia, torção simples, reações de apoio, força cortante e momento fletor, flexão composta com tensão normal, cisalhamento e torção.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**

AGOSTINHO, L. e outros. Tolerâncias, ajustes, desvios e análise de dimensões. São Paulo: Blücher, 1997. BARTKOWIAK, Robert A. Circuitos Elétricos. Makron Books do Brasil Ltda., 1995. CEFET. Apostila de metrologia. Belo Horizonte: CEFET-MG. CHIAVERINI, V. Aços e Ferros Fundidos. Associação Brasileira de Metais, 1992. CUNHA, Lauro Salles. Manual prático do mecânico. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda., 1981. FESTO DIDACTIC. Introdução à Hidráulica. São Paulo, 1995. GONZALES, R. V. B. Rugosidade superficial - informativo técnico. INMETRO. Vocabulário internacional de termos fundamentais e gerais de metrologia. MARQUES, Paulo Villani e outros. Tecnologia da Soldagem. Coordenação de Paulo Villani Marques. Belo Horizonte: Publicação apoiada pela ESAB, 1991. MELCONIAN, Sarkis. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. 11. edição. São Paulo: Érica, 2000. MIRSHAWKA, Victor. Manutenção Preditiva: Caminho para o Zero Defeito. São Paulo: MacGraw-Hill, 1991. MOURA, Carlos R. S. e CARRETEIRO, Ronald P. Lubrificantes e Lubrificação. Rio de Janeiro: Técnica, 1978. PROVENZA, Francisco. Projetista de Máquinas. Pro-tec - São Paulo, 1978. esenhista de Máquinas. Pro-tec -São Paulo, 1978. SEPULVEDA, Hugo Luiz. Máquinas de Corrente Contínua e Máquinas de Corrente Alternada. Belo Horizonte: Escola

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

de Engenharia da UFMG, 1974. SHROCK, Joseph. Montagem, Ajuste, Verificação de Peças de Máquinas. Trad. José R. da Silva. Rio de Janeiro: Reverté, 1979. SOUZA, S. A. de. Ensaio mecânicos de materiais metálicos. São Paulo: Edgard Blücher, 1974. VICKERS.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELETRÔNICA**

Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Lei Ohm; Circuitos elétricos CC (série, paralelo e misto); Circuitos elétricos CA; Sistemas trifásicos; Potência elétrica; Capacitância; Indutância; Circuitos RC, RL e RLC; Utilização de instrumentos de teste e medição (fonte de alimentação, gerador de sinais, multímetro, osciloscópio); Noções de instalação elétrica predial (análise de carga, dimensionamento de condutores, ligações, sistemas de proteção; aterramento); Diodos; Circuitos com diodos; Diodo Zener; Circuito regulador de tensão com Zener; Diodos especiais; Transistor bipolar (BJT); Circuito transistor como chave; Circuito transistor como fonte de corrente; Pré-amplificadores; Amplificadores de potência. Sistemas de Numeração (binário, octal, hexadecimal); Circuitos Lógicos Básicos; Famílias Lógicas (TTL, CMOS); Circuitos combinatórios; Circuitos Aritméticos; FLIP-FLOP'S; Circuitos seqüenciais. Memórias; Noções de Microprocessadores e Microcontroladores. Manutenção de equipamentos médico-hospitalares.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ALBUQUERQUE, Rômulo Oliveira. Análise de Circuitos em Corrente Alternada. São Paulo: Érica. ALBUQUERQUE, Rômulo Oliveira, Análise de Circuitos em Corrente Contínua. São Paulo: Érica. BOYLESTAD, Robert L. Dispositivos eletrônicos e teoria de circuitos. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil. CAPUANO, Francisco G. e IDOETA, Ivan Valeije. Elementos de Eletrônica Digital. São Paulo: Érica. EDMINISTER, Joseph A. Circuitos elétricos, Coleção Shawn. São Paulo: Mc Graw-Hill. MALVINO, Albert Paul. Eletrônica Digital Princípios e aplicações. Volumes 1 e 2. São Paulo. Makron Books. MALVINO, Albert Paul. Eletrônica. Volumes 1 e 2. São Paulo: Makron Books. MARKUS, Otávio. Circuitos com Diodos e Transistores. São Paulo: Érica. ERNESTO F. F. Ramirez; Elizabeth C. Caldas e Paulo R. dos Santos Jr. – Manual hospitalar e manutenção preventiva. Londrina, EDUEL 2002.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

Hardware: Computadores do Tipo IBM-PC. Componentes (Identificação, instalação, identificação e correção de falhas). Tecnologias atuais. Manutenção preventiva e corretiva em impressoras laser, jato de tinta e de impacto. Instalação de periféricos diversos. Software: Software: Instalação e configuração. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows 2000, Windows XP e Linux. Instalação de aplicativos e dispositivos. Ferramentas de segurança (antivírus, antispymware, antispam, firewall, etc.). Redes de computadores: Tipos de Redes. Componentes de uma rede de computadores (Hub, Switch, Bridge, etc.) Configuração de interfaces. Conhecimento básico sobre serviços. Fundamentos de redes locais. Conceitos de protocolos (TCP/IP). Estruturação física e cabeamento. Meios físicos de transmissão de dados.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP Internet Programação de Sistemas Distribuídos: HTML, Javascript e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. GUIMARÃES; LAGE. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: LTC, 1985. MACHADO, F. B.; MAIA, L. P. Introdução à arquitetura de sistemas operacionais. Rio de Janeiro: LTC. MEYER, Marilyn et al. Nosso Futuro e o Computador. Porto Alegre: Bookman, 2000. TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. 4 ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. VASCONCELOS, Laércio. Hardware total. São Paulo: Makron Books, 2002. \_\_\_\_\_. Manual de manutenção de PCs. São Paulo: Makron Books, 2002. \_\_\_\_\_. Linux: entendendo o sistema Linux – Guia Prático. Porto Alegre: Sulina, 2006. MORIMOTO, Carlos E. Redes e Servidores Linux – Guia Prático. Porto Alegre: Sulina, 2004.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM REDE DE COMPUTADORES**

1. Conceitos ligados à administração de redes de computadores: Infra-estrutura de comunicação de dados: cabeamento, modems, hubs, switches, roteadores; Tipos de redes: cabeadas e sem fio; Abrangência das redes: locais, metropolitanas, longa distância; Plataformas de ambientes computacionais: Unix, Linux, Windows; Sistemas de software: bancos de dados, servidores, aplicações de usuários, linguagens scripts; Políticas de segurança; Diferenciação entre operação, gerenciamento e administração. 2. Plataformas de redes Unix/Linux e Windows: Funcionamento interno dos sistemas Unix/Linux e Windows; Redes baseadas no padrão Ethernet; Redes baseadas na arquitetura TCP/IP; Configuração de NIS, DNS, NFS; Gerenciamento de processos; Políticas de backup e restauração de dados. 3. Ferramentas de administração: MRTG, Nagios, tcpdump; Ping, telnet, netcat, traceroute, MTR, netstat. 4. Segurança de redes de computadores: Políticas de segurança; Implantação de políticas. 5. Administração de sistemas heterogêneos: Métodos usados para administrar redes de computadores baseadas em diferentes plataformas como Unix, Linux e Windows.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

HUNT, Craig. TCP/IP Network Administration. O'Reilly, 1997. 2 ed. HUNT, Craig, THOMPSON, Robert B. Windows NT TCP/IP Administration. O'Reilly, 1998. KRETCHMAR, James. Open Source Network Administration. Prentice-Hall, 2003. PETERSON, Larry L., DAVIE, Bruce S. Computer networks: a system approach. 2nd edition. Morgan Kaufmann, 1999. SOMMERVILLE, Ian. Software Engineering. 6. Ed. TANENBAUM, Andrew. Redes de computadores – tradução da 4ª edição americana. Rio de Janeiro: Campus, 2003. TANENBAUM, Andrew. Sistemas operacionais modernos. Pearson Brasil, 2003. WISNIEWSKI, Steve. Advanced Network Administration. Prentice-Hall, 2003. STEVENS, Richard W. - TCP/IP Illustrated, Volume I: The Protocols – Pearson. Sêmola, Marcos – Gestão da Segurança da Informação: Uma Visão Executiva – Campus Rufino, Nelson Murilo – Segurança Nacional – Novatec. ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP., Internet. Programação de Sistemas Distribuídos. HTML, Java Script e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. COMER, Douglas E. Redes de computadores e Internet. Ed. Bookman, 2000. SOARES, Luiz Fernando G. Redes de Computadores: das Lans, Mans e Wans às redes ATM. Editora Campus, 2000. KUROSE, James F. ROSS, Keith W.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

Redes de Computadores e a Internet. Editora Addison Wesley, 2003. TEIXEIRA JÚNIOR, José Helvécio e outros. Redes de Computadores, Serviços, Administração e Segurança. Editora Makron Books, 1999.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**

Instalações hospitalares; Equipamentos hospitalares; Segurança de equipamentos biomédicos e Higiene e segurança hospitalar; Comandos Hidráulicos e Pneumáticos: análise de circuitos hidráulicos e pneumáticos. Manutenção de equipamentos médico-hospitalares: classificação, ferramentas e instrumentos de análise de falhas em máquinas, elementos de vedação, elementos de fixação; lubrificação e lubrificantes especiais. Máquinas Elétricas: circuitos magnéticos e transformadores monofásicos, máquinas de indução, máquinas de corrente contínua. Circuitos Elétricos: corrente elétrica, resistência elétrica, análise de circuitos, capacitância, magnetismo e eletromagnetismo, indutância, corrente alternada, corrente contínua. Noções de instalação elétrica predial (análise de carga, dimensionamento de condutores, ligações, sistemas de proteção; aterramento); Eletrônica: Diodos; Circuitos com diodos; Diodo Zener; Circuito regulador de tensão com Zener; Diodos especiais; Transistor bipolar (BJT); Circuito transistor como chave; Circuito transistor como fonte de corrente; Amplificadores de potência. Sistemas de Numeração (binário, octal, hexadecimal); Circuitos Lógicos Básicos; Famílias Lógicas (TTL, CMOS); Circuitos combinatórios; Circuitos Aritméticos; FLIP-FLOP'S; Circuitos seqüenciais. Memórias; Noções de Microprocessadores e Microcontroladores. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais: equilíbrio de forças, estática, tração e compressão, cisalhamento, centro de gravidade, momento de inércia, torção simples, reações de apoio, força cortante e momento fletor, flexão composta com tensão normal, cisalhamento e torção.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ANVISA. Segurança no Ambiente Hospitalar. KARMAN, J. Manutenção Hospitalar Preditiva. Editora Pini. BARTKOWIAK, Robert A. Circuitos Elétricos. Makron Books do Brasil Ltda., 1995. SEPULVEDA, Hugo Luiz. Máquinas de Corrente Contínua e Máquinas de Corrente Alternada. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1974. MALVINO, Albert Paul. Eletrônica Digital, Princípios e aplicações. Volumes 1 e 2. São Paulo. Makron Books. MALVINO, Albert Paul. Eletrônica. Volumes 1 e 2. São Paulo. ERNESTO F. F. Ramírez; Elizabeth C. Caldas e Paulo R. dos Santos Jr. Manual hospitalar e manutenção preventiva. Londrina, EDUEL 2002. ALMEIDA, L. D. de F. Resistência dos Materiais. São Paulo. Ed. Erika. 1993 FESTO DIDACTIC. Introdução à Hidráulica. São Paulo. 1995. BRASIL. FESTO DIDACTIC. Introdução à Pneumática. São Paulo. 1995. BRASIL.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA EM CITOTÉCNICA**

1- Aspectos Gerais. 1.1- A citotecnologia: conceito, importância e relação com a anatomia patológica. 1.2- A citopatologia como ferramenta preventiva. 1.3- A citopatologia dos programas de política de saúde. 1.4- Condições pré-analíticas: requisição, orientação ao paciente, métodos de obtenção do material para estudo citopatológico, procedimentos de coleta em materiais ginecológicos, transporte das amostras, cadastro e sistemas informatizados de gestão laboratorial. Adequação das diferentes amostras citopatológicas. 1.5- Métodos de preparos das amostras citopatológicas: fixação, concentração, preparo dos esfregaços e corantes, coloração e montagem. 1.6- Microscopia óptica e captura de imagens. 1.7- Formatação de laudos. 1.8- Citologia em meio líquido. 1.9- Arquivamento. Técnicas de rastreabilidade. 1.10- Gestão da qualidade controle interno e externo. 1.11- Biossegurança e meio ambiente. 1.12- Legislação e vigilância sanitária. 1.13- Acreditação laboratorial. 2- Conceitos Básicos Aplicados à Citotecnologia. 2.1- Citologia (citoplasma, núcleo e organelas). 2.2- Ciclo celular. 2.3- Aspectos citológicos normais em trato genital feminino. 2.4- Processos patológicos gerais. 3. Citopatologia Ginecológica. 3.1- Nomenclatura citológica (internacional e brasileira). 3.2- Citopatologia vaginal funcional. 3.3- Aspectos patológicos em citopatologia vaginal funcional e na gestação. 3.4- Curvas colpocitológicas, índices e demais métodos de avaliação funcional. 3.5- Infecções e infestações. 3.6- Correlação com os demais métodos complementares diagnósticos. 3.7- Processos inflamatórios (irritativos, degenerativos, reacionais e reparativos). 3.8- Metaplasia escamosa. 3.9- Aspectos citopatológicos e conceitos básicos de colposcopia. 3.10- Aspectos citopatológicos: Atípias de significado indeterminado. 3.11- Lesões intra-epiteliais. 3.12- Neoplasias invasoras do colo uterino.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**

SOLOMON, Diani. O Sistema Bethesda para citopatologia cérvico-vaginal. 2 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005. T. MCKEE, Grace. Citopatologia. São Paulo: Artes Médicas, 2001. GOMPEL, Cláudio; KOSS, Leopold G. Citologia ginecológica e suas bases anatomoclínicas. São Paulo: Manole. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INCA. Nomenclatura brasileira para laudos citopatológicos cervicais e condutas clínicas preconizadas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ENFERMAGEM**

Fundamentação Básica de Enfermagem: prevenção e controle de infecções, sinais vitais, administração de medicamentos, curativos, técnicas de esterilização. Conhecimento de Ética e Legislação Profissional. Enfermagem Materno-Infantil: aleitamento materno, gravidez, parto e puerpério, assistência à saúde da mulher e criança. Enfermagem em Saúde Pública: doenças transmissíveis, DST/AIDS, imunizações. Enfermagem médico-cirúrgica. Primeiros Socorros. Assistência de enfermagem ao adulto e ao idoso. Sistema Único de Saúde. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Cadernos do Aluno: Fundamentos de Enfermagem. Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Cadernos do Aluno: Saúde do Adulto. Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Cadernos do Aluno: Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Cadernos do Aluno: Saúde Coletiva. Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Cadernos do Aluno: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. 1993. COFEN. Lei do Exercício Profissional de Enfermagem. 1993. Legislação Estadual – Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. Legislação Federal – Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Brasília – DF. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Processamento de artigos e superfícies em estabelecimentos de saúde. Brasília/DF, 1994. MUSSI, N.M. et al. Técnicas Fundamentais de Enfermagem. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Atheneu, 1996. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM FARMÁCIA**

Farmácia hospitalar: Conceitos e atividades básicos, atribuições de um técnico de farmácia, Boas práticas de distribuição, armazenamento e transporte de medicamentos. Noções de farmacologia: princípios farmacocinéticos e farmacodinâmicos, vias de administração de medicamentos, estudo da posologia, reações adversas e interações medicamentosas. Noções de farmacotécnica: conceitos, formas e apresentações farmacêuticas. Formas de expressão de concentrações na manipulação farmacêutica. Estabilidade de medicamentos. Nutrição Parenteral: componentes e a técnica de preparo. Cálculos em farmácia hospitalar: Porcentagem, regra de três, operações aritméticas e sistemas de medidas. Biossegurança. A farmácia e o controle das infecções hospitalares. Germicidas hospitalares: aplicação e preparo. Legislação: Regulamento de medicamentos genéricos. Medicamentos de controle especial: Portaria 344/98 SVS/MS de 12/05/1998 e suas atualizações. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coordenação de controle de infecção hospitalar. Guia Básico para a Farmácia Hospitalar, Brasília, 1994. Conselho Federal de Farmácia. Manual Básico de Farmácia Hospitalar. Brasília, Conselho Federal de Farmácia, 1997. DESTRUTI, A. B. et al. Cálculos e conceitos em farmacologia. 6 ed. São Paulo, Senac, 2003. Dicionário de Especialidades Farmacêuticas – DEF 2004/2005 – 33 ed. Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 2004. ZANINI, A. C.; OGA, S. Farmacologia Aplicada. 5 ed. São Paulo: Atheneu, 1994. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Substâncias e Medicamentos Sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 19 de maio de 1998. REIS, N. B. et al. Manual de boas práticas de distribuição, estocagem e transporte de medicamentos, 2 ed., Goiânia, 2000. SITE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: <http://www.anvisa.gov.br>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº 272, de 8 de abril de 1998. Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral. (Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/index.htm> ). BRASIL. ANVISA – Resolução RDC nº 135, de 29 de maio de 2003. Aprova o Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de jun. de 2003. (Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genéricos/legis/resoluções/2003/135\\_03rdc.htm](http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genéricos/legis/resoluções/2003/135_03rdc.htm)). OLIVEIRA, M. C. et al. Vias de Administração de Formas Farmacêuticas. In: GOMES J. V. M., REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em Farmácia Hospitalar, Rio de Janeiro, Atheneu, p. 43-66, 2001. BRASIL. Ministério da Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. Brasília, 2 ed., 1994. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HIGIENE DENTAL**

Formas anatômicas dos dentes, posições na boca e suas relações recíprocas. Dentições, arcos dentais e maxilas. Dimensão, função e classificação dos dentes. Notação dentária: convencional e FDI. Classificação das cavidades do dente. Etiologia da cárie e cronologia da erupção dentária. Principais patologias da cavidade bucal. Aplicação de métodos de prevenção das doenças bucais, identificando as substâncias utilizadas. Princípios ergonômicos e da segurança do trabalho. Funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho, dispositivos legais que regem o trabalho do profissional de nível médio na área de saúde bucal. Equipamentos, materiais e instrumental utilizado em uma unidade odontológica. Identificação de estruturas dentais através de radiografias bucais. Noções de administração de uma unidade de trabalho, organização de fluxo, cadastro, arquivo e agendamento de clientes. Ações de atenção e promoção à saúde bucal. Programas específicos na comunidade, identificação dos principais problemas bucais através dos recursos epidemiológicos e outros instrumentos de diagnóstico. Técnicas de comunicação em grupo, adequadas à educação para a saúde bucal. Código de ética profissional, do Conselho Regional de Odontologia: parte específica para auxiliares odontológicos. Montagem de bandejas para atendimento odontológico: exames, dentística, endodontia, cirurgia, prótese (moldagem), periodontia e outros. Flúor na odontologia. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

Conselho Federal de Odontologia. Código de Ética Profissional. GRAIG, Robert C. Materiais Dentários. 3 Livros Técnicos e Científicos Editora ed. Rio de Janeiro, 1983. PINTO, V. G. Saúde Bucal: Odontologia Social e Preventiva. São Paulo: Santos. 1989. SERRA, Octávio Della. Anatomia Dental. 3 ed. São Paulo, 1981. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS NA  
ÁREA HOSPITALAR**

Laboratório Geral: Soluções (preparo de soluções tamponadas, corantes, meios de cultura). Aparelhos: Fotométricos e Espectrofotométricos: conceito, fundamento, Lei de Lambert-Beer; Microscópio. Esterilização: Conceito, utilização, métodos e aparelhos); Amostras (tipos, procedimentos e cuidados na obtenção, conservação, transporte, armazenamento, utilização de anticoagulantes específicos, procedimentos e técnicas para processamento de amostras, outros fluidos biológicos. Controle de Qualidade: Procedimento operacional padrão (POP), técnicas do controle de qualidade: regras, recursos, terminologia. Biossegurança: Riscos biológicos em laboratório, Boas Práticas no Laboratório, resíduos de laboratório. Bioquímica: Fundamentos, valores de referência e principais métodos utilizados nas análises bioquímicas (enzimologia sérica, metabolismo: da glicose, lipoprotéico cálcio e fósforo, iodo; catabolismo dos compostos nitrogenados não protéicos; equilíbrio hidroeletrólítico; ácido-básico), técnicas de separação de proteínas e lipoproteínas). Urinalise: Testes físicos, químicos, sedimento; estrutura organizada, estruturas granulares ou cristalinas, outros tipos de testes da urina (contagem de Addis, proteína de Bence-jones, proteinúria, Clearance de creatinina). Bacteriologia: Classificação e função dos meios de cultura, métodos de coloração, características morfotintórias, diagnóstico laboratorial pela bacterioscopia, coprocultura, urinocultura, hemocultura e teste de sensibilidade a antimicrobianos, testes utilizados para identificação bacteriana. Imunologia: Sistema imune, resposta imune, antígeno, anticorpo, sistema de complemento, utilização e emprego de técnicas sorológicas de: precipitação, aglutinação, ensaios líticos, turbidimetria, nefelometria, imunofluorescências e imunoenzimáticas. Hematologia: Distribuição celular no sangue periférico. Volume total, hematócrito, valores hematimétricos, fórmula leucocitária (testes de avaliação de leucócitos, plaquetas e hemácias, hemograma e sua interpretação; hemostasia, imuno-hematologia. Parasitologia: Nomenclatura e classificação dos parasitas de importância médica, parasitas do sangue e outros tecidos. Legislação do SUS. Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**BIER, Otto. Microbiologia e imunologia. 24. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1985. BURTIS, Carl A.; ASHWOOD, Edward R. Tietz. Fundamentos da química clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. 835 p. CAMPBELL, June M.; CAMPBELL, Joe B. Matemática de laboratório: aplicações médicas e biológicas. 3. ed. São Paulo: Rocca, 1986. 347 p. CARVALHO, William de Freitas. Técnicas médicas de hematologia e imuno-hematologia. 7. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 1999. 340 p. GOULART, Enio; LEITE, I. Costa Moraes. Parasitologia e micologia humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2000. 771 p. HENRY, John Bernard. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. Tood, Sanford, Davidsolhn. 17. ed. São Paulo: Manole LTDA, 1982. 1551 p. LIMA, A. Oliveira. Métodos de Laboratório aplicados à clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992. MOURA, Roberto A. de Almeida. Colheita de material para exames de laboratório. São Paulo: Atheneu, 1987. 241 p. NAOUM, Paulo César. Eletroforese: técnicas e diagnósticos. 20. ed. São Paulo: Santos, 1999. 153 p. NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1983. 428 p. STRASINGER, Suzan King. Uroanálise e fluidos biológicos. 3. ed. São Paulo: Médica Panamericana, 2000. 233 p. TIETZ, Norbert W. Guia clínica de pruebas do laboratório. Buenos Aires: Médica Panamericana, 1985. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.**

**TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM RADIOLOGIA**

1 Anatomia Geral, Sistêmica, Esquelética e Artrologia. 2 Terminologia Radiológica. 2.1 Planos, Cortes e Linhas Corporais. 2.2 Posicionamento e Posições do Corpo Humano de Forma Geral. 2.3 Posições. Específicas do Corpo Humano. 2.4 Princípios do Posicionamento Radiológico. 3 Física e Produção das Radiações Ionizantes (Raios X). 3.1 O Espectro dos Raios X. 3.2 Fatores que Modificam o Espectro dos Raios X. 3.3 A Produção de Raios X. 3.4 O Tubo de Raios X e seus Componentes Estruturais. 4 Princípios Básicos da Formação da Imagem Radiológica. 5 Proteção Radiológica. 6 Dosimetria. 7 Meios Antidifusores das Radiações Ionizantes (Raios X). 7.1 Diafragma, Grade, Cone, Filtro e Cilindro. 8 Técnica Radiológica. 8.1 Kvp (Kilovoltagem), Ma (Miliamperagem), T (Tempo), D (Distância). 8.2 Componentes e Tipos de Chassis E Ecrans. 8.3 O Filme Radiológico. 8.4 Fatores de Controle de Qualidade da Imagem Radiológica. 8.5 Telas Intensificadoras e Fluorescentes. 8.6 Exposição do Paciente. 8.7 Métodos e Componentes do Processamento Manual e Automático do Filme Radiológico. 9 Anatomia Radiológica Humana e Rotina para Exames Radiológicos do(a). 9.1 Crânio e Face. 9.2 Coluna Vertebral. 9.3 Membros Superiores. 9.4 Membros Inferiores. 9.5 Tórax (Pulmões) e Caixa Torácica (Componentes Ósseos e Articulares). 9.6 Pelve e Articulações. 9.7 Abdome. 9.8 Sistema Gastrointestinal. 9.9 Vesícula Biliar e Ductos Hepáticos. 9.10 Sistema Urinário. 9.11 Orto-Radiografia, Artrografia e Mielografia. 10 Exames no Traumatizado e Radiografias em Aparelhos Portáteis. 11 Radiologia Pediátrica. 12 Exames Radiológicos Contrastados. 12.1 Meios de Contraste. 12.2 Técnicas Básicas e Especiais do Exame Contrastado. 12.3 Precauções, Procedimentos e Segurança do Paciente no Emprego de Contrastes. 12.4 Contra-Indicações e Procedimentos Genéricos. 13 Mamografia - Princípio de Funcionamento dos Equipamentos, seus Componentes Principais e Posicionamentos Básicos para a Realização de Exames. 14 Tomografia Computadorizada - Princípio de Funcionamento e seus Componentes Básicos. 15 Ressonância Magnética - Princípio de Funcionamento e seus Componentes Básicos. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**CORNE, Jonathan. BROWN, Ivan. Descomplicando os raios X. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. KENNETH L BONTRAGER. Tratado de técnica radiológica e base anatômica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. NASCIMENTO, Jorge. Temas de técnica radiológica com tópicos sobre tomografia computadorizada e ressonância**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

magnética. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. SCAFF, Luís A. M. Bases físicas da radiologia, diagnóstico e terapia. São Paulo: Sarvier, 1970. SQUIRE, Lucy Frank e outros. Fundamentos de radiologia. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO NA ÁREA PÚBLICA**

1. Teorias da Administração. 1.1 Abordagens, escolas e autores. 1.2 Teoria da Burocracia na Administração. 1.3 Teoria de Sistemas na Administração. 2. O Processo Administrativo. O planejamento. Tipos de planejamento. O processo de planejamento estratégico. Organização. Departamentalização. OSM – noções gerais. Organogramas e fluxogramas. Direção. Motivação e comportamento humano nas organizações. Cultura organizacional. Liderança e conflitos. Controle. Definição de indicadores. Eficiência, eficácia e efetividade. 3. Administração Financeira, Administração de Materiais e Contabilidade Pública. 4. Responsabilidade Social, ética na administração e cidadania corporativa. 5. Conceitos de Estado, sociedade e mercado. 6. Origem do Estado e da Administração pública modernos: teorias voltadas para a formação espontânea ou natural do Estado e para a formação contratual do Estado. 7. Evolução da administração pública no Brasil: O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado de bem-estar, o Estado regulador. As reformas administrativas. 8. Modelos de administração pública: modelo patrimonialista, o modelo burocrático (Weber) e o modelo gerencial. 9. A redefinição do papel do Estado: Reforma do Serviço Civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado de 1995. 10. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 11. Caracterização das organizações: tipos de estruturas organizacionais, aspectos comportamentais (motivação, clima e cultura). 12. Gestão da mudança organizacional: ferramentas de mudança organizacional (benchmarking, programa de qualidade, aprendizado organizacional e planejamento estratégico). 13. Instrumentos gerenciais contemporâneos: avaliação de desempenho e resultados, flexibilidade organizacional, trabalho em equipe, a cultura da responsabilidade e os mecanismos de rede informacional. 14. Instrumentos de financiamento do setor público e Parceria Público-Privado (PPP).

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. MARCH, J. G. e SIMON, H. A. Teoria das organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. MAXIMINIANO, Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MONTANA, Patrick & CHARNOV, Bruce H. Administração um modo fácil de dominar conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 1998. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. BHEN, R. D. O novo paradigma da administração pública e a busca da accountability democrática. Brasília: ENAP, Revista do Serviço Público, ano 49, no. 4, out./dez. 1998. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial (coletânea). FGV: Rio de Janeiro, 1998. DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. MAXIMINIANO, Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20 Ed. São Paulo: Malheiros Editores 1992. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. PAZZAGLINI FILHO, M. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003. RIBEIRO, A. S. M. Corrupção e controle na administração pública brasileira. São Paulo: Atlas, 2004. Hélio. Contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (atualizada).

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

1. Teorias da Administração. 1.1 Abordagens, escolas e autores. 1.2 Teoria da Burocracia na Administração. 1.3 Teoria de Sistemas na Administração. 2. O Processo Administrativo. O planejamento. Tipos de planejamento. O processo de planejamento estratégico. Organização. Departamentalização. OSM – noções gerais. Organogramas e fluxogramas. Direção. Motivação e comportamento humano nas organizações. Cultura organizacional. Liderança e conflitos. Controle. Definição de indicadores. Eficiência, eficácia e efetividade. 3. Administração Financeira 4. Noções de Contabilidade Pública. 5. Responsabilidade Social, ética na administração e cidadania corporativa. 6. Administração de materiais: conceitos, funções, organização e estrutura. Dimensionamento e o controle de estoques: função, objetivos, previsão, custos e níveis de estoque, classificação ABC, lote econômico, sistemas de controles e avaliação de estoques. Operações de almoxarifado, embalagens, estocagem de materiais, equipamentos de movimentação. Administração de compras, operação do sistema de compras, preço-custo, condições de compra, negociação e fontes de fornecimento. Gestão de materiais. 7. Licitação (Lei 8.666/93 atualizada). 8. Inventário. 9. Patrimônio. Controle do Patrimônio Público.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. MARCH, J. G. e SIMON, H. A. Teoria das organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. MAXIMINIANO, Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MONTANA, Patrick & CHARNOV, Bruce H. Administração um modo fácil de dominar conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 1998. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. Kohama, Hélio. Contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (atualizada). Lei. 8.666 de 21 de junho de 1993 (atualizada) DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. VIANA, João José. Administração de recursos materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS**

Teorias da administração; Abordagens, escolas e autores; Burocracia na Administração; Teorias de sistemas. Concepções sobre o trabalho. Enfoque comportamental na Administração. Características e diferenças individuais. Atitudes e comportamento no ambiente de trabalho. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. Processos motivacionais. Cultura organizacional, liderança e conflito. Conhecimento e Poder nas organizações. Trabalho em equipe. Responsabilidade Social e Ética na administração e cidadania corporativa. Administração de Recursos Humanos. Planejamento, descrição, análise e avaliação de cargos. Planejamento de carreira. Avaliação de Desempenho. Treinamento e Desenvolvimento.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**MAXIMILIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da administração: da revolução urbana à revolução digital, São Paulo: Atlas, 2002. LOBOS J. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 1979. DAVEL, Eduardo. VERGARA, Sylvia Constant (ORG.) Gestão com pessoas e Subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001. KANAANE, Roberto. Comportamento Humano nas Organizações: O homem rumo ao século XXI, São Paulo: Atlas, 1999. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2003. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. PONTES, Benedito Rodrigues. Administração de cargos e salários. São Paulo: Atlas, 2002. CHAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. BERGAMINI, C. W. DEOBEL, G. R. B. Avaliação de desempenho humano na empresa. São Paulo: Atlas, 1988.**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO DE REDE DE COMPUTADORES**

Topologias de redes. Elementos de interconexão de redes de computadores. (Gateways, Hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores, cabos, adaptadores de rede, etc.). Arquitetura e Protocolos de redes de comunicação. TCP/IP, DNS e SMTP. Arquitetura Clientes/Servidor. Tecnologia de redes locais e de longa distância. Ferramentas para Internet e Intranet (HTML). Ambiente Windows e Linus. Servidores de Arquivos e de Aplicações. Instalação, configuração e customização de clientes de e-mail (Outlook, SquirrelMail e Thunderbird). Administração de contas de usuários. Voz sobre IP e telefonia IP. Estatuto da Criança e do Adolescente.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP., Internet. Programação de Sistemas Distribuídos. HTML, Java Script e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. COMER, Douglas E. Redes de computadores e Internet. Ed. Bookman, 2000. SOARES, Luiz Fernando G. Redes de Computadores: das Lans, Mans e Wans às redes ATM. Editora Campus, 2000. KUROSE, James F. ROSS, Keith W. Redes de Computadores e a Internet. Editora Addison Wesley, 2003. TEIXEIRA JÚNIOR, José Helvécio e outros. Redes de Computadores, Serviços, Administração e Segurança. Editora Makron Books, 1999. TANENBAUM, Andrew. Redes de Computadores. Editora Campus, 1999. OCHENSKI, Bárbara. Implementando Sistemas Cliente/Servidor de Qualidade. Makro Books do Brasil, 1998. RENAUD, Paul E. Introdução aos Sistemas Cliente/Servidor. Editora: IBPI Press, 1994. HILLS, Melanie. Intranet como groupware. Editora Berkeley Brasil, 1997. Estatuto da Criança e do Adolescente.**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO EM WEBDESIGNER**

Sistemas Operacionais Windows e Linux. Uso de Software para WEB Design (Dream Weaver, Flash, Fire Works, Adobe Photoshop, Adobe Acrobat, Corel Draw). Aplicativos para Internet e desenvolvimento de sítios eletrônicos, sítios interativos e animados. Manipulação de formulários. Obtenção e tratamento de imagens. Linguagem HTML. Noções das linguagens ASP e PHP. Animação e arquivos no formato GIF. Otimização de arquivos nos formatos JPEG e GIF. Imagens geradas por computadores. Animação, Áudio e Vídeo. Hospedagens de sítios. Servidores de hospedagem. Estatuto da Criança e do Adolescente.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Multimídia: Conceitos e Aplicações. Rio de Janeiro: LTC Editora 2000. CHAPMAN, N. P. & Chapman, J. Digital Multimedia, John Wiley & Sons, 2000. BINDER, Fábio Vinicius. Multimídia - Animação Gráfica e Sons. ERICA, 1994. BUFORD, J.F.K., Multimedia Systems, Addison Wesley, 1994. FOLEY, J. D.; VAN DAM, A.; FEINER, S. K.; HUGHES, J. F. Computer graphics principles and practice. Wesley Publishing Company. 1992. GOMES, J E VELHO, L. Computação Gráfica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada – Impa. 1998. PERSIANO, Ronaldo César Marinho. Introdução à computação gráfica. Editora: LTC. 2003. ROCHA, H.V.; BARANUSKAS, M.C. Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador. São Paulo: NIED, 2003. HIX, D.; HARTSON, H.R. Developing User Interfaces: ensuring usability through product & process. John Wiley and Sons, 1993. NIELSEN, Jakob. Projetando Web Sites. Campus, 2001. NIELSIN, J; TAHIR, M. HomePage: Usabilidade – 50 Web Sites Desconstruídos. São Paulo: Campus, 2002. SHNEIDERMAN, B. Designing the User Interface: Strategies for Effective Human-Computer Interaction. 3 ed. Reading, MA, Addison-Wesley, 1998. HICKSON, Rosângela. Projeto de sistemas orientado a Interface. São Paulo: Campus, 2003. Estatuto da Criança e do Adolescente.**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA EM CONTROLE PROCESSUAL E PESQUISA TÉCNICA**

**DIREITO CONSTITUCIONAL – A Constituição da República Federativa, de 05 de outubro de 1988. Princípios fundamentais: fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil e princípios norteadores das relações internacionais. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos sociais; Nacionalidade; Direitos políticos; Dos partidos políticos. Da organização do Estado: Organização política administrativa; A União; Os Estados; O Município; O Distrito Federal e Territórios. Da Administração Pública: Disposições gerais e princípios, servidores públicos civis e militares. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Da tributação e do orçamento: Do sistema tributário nacional: princípios**

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

gerais, Das limitações do poder de tributar, Impostos da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios; Da repartição das receitas tributárias; Das finanças públicas. DIREITO ADMINISTRATIVO – Administração Pública: Características; Modo de atuação; Regime Jurídico; Poderes e deveres do Administrador Público; Uso e o abuso do poder. Princípios básicos da administração. Personalidade jurídica do Estado: Órgão e agentes públicos; Competência. Poderes Administrativos: Poder vinculado; Poder discricionário; Poder hierárquico; Poder disciplinar; Poder regulamentar; Poder de polícia. Atos Administrativos: Conceito e requisitos; Atributos; Classificação; Espécies; Anulação e revogação. Organização Administrativa: Administração direta e indireta; Centralização e descentralização. Licitações. Contratos Administrativos. Domínio público: Conceito e classificação dos bens públicos; Administração, utilização e alienação de bens públicos; imprescritibilidade; impenhorabilidade e não-ocação dos bens públicos, Aquisição de bens pela administração pública; Responsabilidade civil da administração pública. Controle da administração, Tipos e formas de controle, responsabilidade fiscal, controle administrativo, controle legislativo e judiciário. DIREITO CIVIL – Teoria Geral do Direito Civil: Eficácia da lei no tempo; Eficácia da lei no espaço. Personalidade e capacidade; Das pessoas jurídicas. Dos bens públicos. Dos fatores Jurídicos: do ato Jurídico; do negócio Jurídico; modalidades do ato e negócio Jurídico; do erro; do dolo; da coação; da lesão; da simulação; da fraude contra credores. Da prescrição; Da decadência. Obrigações: Fontes das obrigações; Elementos da obrigação; Efeitos da obrigação; Obrigações e suas classificações: obrigação de dar, fazer e não fazer; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações alternativas, obrigações objetivamente múltiplas; obrigações subjetivamente múltiplas; obrigações solidárias. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Das várias espécies de contratos. Da responsabilidade civil. Da posse em geral, classificação, aquisição, perda, efeitos da posse, interditos possessórios. Da propriedade: aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Dos direitos de vizinhança. DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Código de Processo Civil. Do processo de conhecimento. Do processo de execução. Do processo cautelar. Dos procedimentos especiais. DIREITO PENAL: Dos crimes contra a administração pública. DIREITO TRIBUTÁRIO – Sistema Tributário Nacional: competência e limitações; Dos impostos, das taxas, da contribuição de melhoria e das contribuições sociais. Distribuições de receitas tributárias: disposições gerais; Dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios. Da obrigação tributária: fato gerador, sujeito ativo e passivo, responsabilidade tributária. Crédito tributário: disposições gerais, constituição, suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, Garantias e privilégios do crédito tributário. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**ANDRADE FILHO, E. O.** Direito penal tributário. São Paulo: Atlas, 2004. **BALEIRO, A.** Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2005. **BONAVIDES, P.** Curso de direito constitucional. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. Código Civil Brasileiro (Lei.n o. 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Código de Processo Civil. Código Penal. Código Tributário Nacional. **COELHO, S. C. N.** Curso de direito tributário brasileiro 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. **DA SILVA, J. A.** Curso de Direito Constitucional Positivo. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. **TEODORO JÚNIOR, Humberto,** Curso de Direito Processual Civil Vol. I, II, III. Rio de Janeiro: Forense. **MACHADO, H. B.** Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros, 2004. **MEIRELLES, E. L.,** Direito administrativo brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. **MELO, C. A. B.,** Curso de Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. **MONTEIRO, W. B.** Curso de Direito Civil. Vol. 1, 3, 4, 5. São Paulo: Saraiva. **MOREIRA, J. C. B.** O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. **PEREIRA, C. M. S.** Instituições do Direito Civil. Vol. I, II, III, IV. Rio de Janeiro: Forense. **PIETRO, M. S. Z.** Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2004. **RODRIGUES, S.** Curso de Direito Civil. Vol. 1, 2, 3, 4, 5. São Paulo: Saraiva. **SANTOS, M. A.** Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ANÁLISE DE SISTEMAS**

Redes de Computadores: Conceitos básicos; topologias; arquitetura; protocolos; elementos; padrões; segurança; redes LAN, WAN e ATM; Intranets. Análise Estruturada de Sistemas: Conceitos básicos; fundamentos; especificação de sistemas; modelagem de dados; diagramas de fluxos de dados; dicionários de dados; diagramas entidade-relacionamento; diagramas de transição; ferramentas Case. Algoritmos e Estruturas de Dados: Fundamentos de lógica de programação: tipos de dados; expressões; estruturas de controle e repetição; fluxogramas; estruturas de dados homogêneas e heterogêneas. Sistemas Operacionais: Conceitos e fundamentos (configuração; instalação de software; conectividade; administração; recursos; comandos e utilitários; clientes de rede; interface gráfica). Configuração e gerenciamento de processos servidores dos Sistemas Operacionais comerciais. Tecnologias Internet: Conceitos básicos. Conceitos e fundamentos. Tecnologias de suporte (XML, HTML, HTTP, ASP, JSP e outras). Linguagens e Técnicas de Programação: Conceitos; estrutura do ambiente de desenvolvimento; estrutura da linguagem; orientação a objetos; acesso a bancos de dados. Bancos de Dados: Conceitos Básicos; projetos; modelos; SQL; administração, configuração, projeto e implementação de bases de dados relacionais. Modelo relacional e álgebra relacional. Normalização. Integração de bases de dados.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**ALBUQUERQUE, Fernando.** TCP/IP Internet Programação de Sistemas Distribuídos: HTML, Javascript e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. **DATE, C. J.** Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. **DEMARCO, Tom.** Análise estruturada e especificação de sistema; tradução de Maria Beatriz Gomes Soares Veiga de Carvalho. Rio de Janeiro: Campus, 2000. **FELICIANO NETO, A.; FURLAN, J. D.** Engenharia da Informação: Metodologias, Técnicas e Ferramentas. McGraw-Hill. **GANE, Chris.** Análise Estruturada de Sistemas. Livros Técnicos e Científicos, 1983. **GUIMARÃES; LAGE.** Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: LTC, 1985. **NAVATHE, Shamkant B.; ELSMARI, Ramez.** Sistemas de Banco de Dados: fundamentos e aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. **NIELSEN, J.** Projetando Web Sites. São Paulo: Campus, 2001. **NIELSEN, J.; TAHIR, M.** Home Page: Usabilidade – 50 Web Sites Desconstruídos. São Paulo: Campus, 2002. **PAULA FILHO, Wilson de Pádua.** Engenharia de Software: fundamentos, métodos e padrões. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. **PRESSMAN, Roger.** Engenharia de Software. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2002. **SOARES, L.F.G.; Lemos, G. & Colcher, S.** Redes de Computadores – das LANs,

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

MANs e WANS às Redes ATM. Campus. SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry; SUDARSAN, S. Sistemas de Banco de Dados. 3. ed. São Paulo: TANENBAUM, Andrew. Redes de computadores. Tradução da 4ª ed. americana. Rio de Janeiro: Campus, 2003. TANENBAUM, Andrew. Sistemas operacionais modernos. Pearson Brasil, 2003. WIRTH, Niklaus. Algoritmos e Estruturas de Dados. LTC. YOURDON, E., Análise Estruturada Moderna. Campus.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ARQUITETURA**

1. Projetos: arquitetura, instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações sanitárias, estruturas. 2. Análise Orçamentária: orçamento de obras, reajustamentos, quantitativos, licitações e contratos administrativos, utilização de índices de custos. 3. Topografia. 4. Especificação Técnica de materiais e serviços. 5. Tecnologia da Construção. 6. Urbanização. 7. Conforto Ambiental: Acústica, Insolação, iluminação e ventilação. 8. Noções de Cálculo Estrutural. 9. Noções de Resistência dos Materiais. 10. Noções de Mecânica dos Solos. 11. AutoCAD. 12. Projetos físicos de estabelecimentos de serviços de saúde e da área de produtos.

**BIBLIOGRAFIA:**

BAUD, G. Manual de Pequenas Construções. Hemus Ed. S.A., 1998. CARDÃO, Celso. Técnica da Construção. Vols. I e II. Edições Engenharia e Arquitetura, 1976. CHING, Francis D. K. e ADAMS, Cassandra. Técnicas de Construção Ilustrada. Bookman Companhia Editora, 2001. CREDER, Hélio. Instalações Elétricas. Livros Técnicos e Científicos Ed., 1982. DE MARCO, Conrado Silva. Elementos de Acústica Arquitetônica. Nobel, 1982. FROTA, Anésia Barros e SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de Conforto Térmico. Nobel, 1988. LEI FEDERAL N.º 8.666/93 de 21.06.93 e suas atualizações. LEI FEDERAL N.º 4.320/64, DE 17/03/64 e suas atualizações. MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações Hidráulicas. Livros Técnicos e Científicos Ed., 1996. MENEGOTTO, José Luis e ARAÚJO, Tereza Cristina Malveira de. O Desenho Digital Técnica & Arte. Interciência, 2000. MOLITERNO, Antonio. Caderno de Projetos de Telhados em Estruturas de Madeira. Edgard Blucher Ltda, 1981. 12. RANGEL, Alcyr Pinheiro. Projeções Cotadas e Desenho Projetivo. Ao Livro Técnico, 1979. RIVERO, Roberto de. Acondicionamento Térmico Natural da Arquitetura e Clima. D. C. Kuzzatto Ed. Ltda: Ed. da Universidade UFRGS, 1985. RDC N.º 50 de 21/02/2002. Projetos Físicos de Estabelecimentos de Saúde. RDC N.º 307 DE 14.11.2002. Alterações da RDC N.º 50 de 2/02/2002. RDC N.º 189 de 18/07/2003. REGULAMENTAÇÃO DE ANÁLISE, AVALIAÇÃO DE PROJETOS FÍSICOS.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA**

Sistemas de informação: Planejamento e administração de sistemas de informação. Formação e desenvolvimento de acervos: políticas e rotinas de seleção, aquisição e descarte. Usuários: necessidades, hábitos, atendimento. Serviços aos usuários: serviço de referência, disseminação de informação. Automação: tecnologias e suportes de informação; planejamento e manutenção de bancos de dados. Redes e sistemas cooperativos na área de documentação. Instituições ligadas à bibliografia e à documentação em nível nacional e internacional (FID, IBICT, ISO, ABNT, COMUT); Tratamento e recuperação da informação: Descrição bibliográfica: catalogação, normalização. Representação de assuntos: indexação, classificação. Linguagens de indexação: tesouros, sistemas de classificação bibliográfica. Recuperação da informação: recursos, estratégias, avaliação. Controle bibliográfico: recursos e instituições. Fontes de informação especializadas: classificação, suportes, características, uso. O papel do bibliotecário na transferência da informação; Globalização e sociedade da informação; Responsabilidade social e ética do bibliotecário. Processo decisório em bibliotecas.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informações. Brasília: Briquet de Lemos, 2000. 112p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2000. CAMPELLO, B. S. et al. (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988. CORTE, Adelaide Ramos. Avaliação de softwares para bibliotecas. São Paulo: Polis, 2000. CUNHA, L. Publicações científicas por meio eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 77-92, jan./jun. 1997. CUNHA, M. B. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. Ciência da Informação, v.29, n.1, p. 71-89. 2000. ----- Desafios na construção da biblioteca digital. Ciência da Informação, v.26, n.2, p. 195-213. 1990. FIGUEIREDO, N. M. Novas tecnologias: impacto sobre a formação de coleções. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 1996. FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 5.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. GIGANTE, M. C. Sistemas de classificação bibliográfica como interface biblioteca/usuário. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, p. 193-196, maio/ago. 1996. GROGAN, D. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. GUIMARÃES, J. A. C. Recuperação temática da informação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 112-130, jan./dez. 1990. GOMES, Sônia de Conti. Técnicas Alternativas de Conservação. Belo Horizonte: UFMG, 1999. LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade? O futuro dos serviços de bibliotecas à luz das inovações tecnológicas. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-27, jun. 1994. ----- Avaliação de serviços de bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. MACIEL, Alba Costa. Bibliotecas como organizações. Rio de Janeiro: Interciência, Intertexto, 2000. 96p. ----- Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas. Niterói: EDUF, 1995. 86P. NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepção. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. NAVES, M. M. L. Considerações sobre gerência de recursos informacionais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 49-56, jan./jun. 1999. SAMPAIO, M. I. C., MORESCHI, E. B. P. DSI

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

— Disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 38-57, jan./dez. 1990. SANTOS, A. F., PAIM, I. A informação nos modelos organizacionais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2000. TEIXEIRA, C. M. S., SCHIEL, U. Internet e seu impacto nos processos de recuperação da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 1, p. 65-71, jan./abr. 1997. VERGUEIRO, W. C. S. Aquisição de materiais de informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 118p. VIEIRA, A. da S. Redes de ICT e a participação brasileira. Brasília: IBICT, 1994. RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. AACR2: Anglo-American cataloguing rules, 2 edition: descrição e pontos de acesso. Brasília: Ed. do Autor, 1995. Sites recomendados: IBICT; BIREME; COMUT; UNESCO; Bibliotecas Universitárias (UNIMONTES, UNICAMP, UFMG, USP, UFRJ); CAPES Periódicos; Biblioteca Nacional; Altavista; Todobr; Miner; Submarino; Bibliotecas Digitais; Biblioteca do Congresso dos EEUU; Biblioteca do Vaticano; Livraria Cultura.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA CONTÁBIL E DE AUDITORIA**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDITORIA**

contabilidade pública: conceitos gerais; campo de aplicação; regimes contábeis; legislação básica (Lei 4.320/64); técnicas de registro e de lançamentos contábeis; plano de contas; Balanço orçamentário, financeiro e patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais. Orçamento Público: conceitos gerais; Processo de planejamento; Princípios; Ciclo orçamentário; Orçamento por programas. Receita Pública: conceito; classificação; estágios; escrituração contábil; dívida ativa. Despesa Pública: conceito; classificação; licitação; estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de Adiantamento: conceito; finalidades; controle dos adiantamentos. Patrimônio Público: conceito; bens, direitos e obrigações das entidades públicas; Variações patrimoniais; Variações ativas e passivas. Créditos Adicionais: conceito; classificação; Autorização e abertura; Vigência; Indicação e especificação de recursos. Lei Complementar 101/2000: do Planejamento; da Receita Pública; da Despesa Pública; da Gestão Patrimonial; da Transparência, controle e fiscalização. Prestação e tomada de contas. Contabilidade Geral: princípios contábeis fundamentais (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade pelas Resoluções CFC nº 750/93 e 774/94); Patrimônio; Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais; Conta: conceito. débito, crédito e saldo. Teorias, Função e Estrutura das Contas; Contas patrimoniais e de resultado; Apuração de resultados; Controle de estoques e do custo das vendas; Plano de contas; Provisões em geral; Escrituração; Balancete de verificação; Demonstrações contábeis obrigatórias (Lei 6.404/76). Auditoria. Auditoria interna. Auditoria Externa. Normas Brasileiras de Contabilidade.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ANDRADE, Nilton Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2002. Angélico, João. Contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994. CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade. FINECAFI. Manual de contabilidade das sociedades por ações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. Kohama, Hélio. Contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (atualizada). Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (atualizada). Lei 101 de 04 de maio de 2000 (atualizada). MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Silva, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO**

A Economia e seus conceitos básicos: o objeto de estudo da economia. Fatores de produção. Bens econômicos e os bens livres. Divisões da economia. Teoria elementar de funcionamento do mercado: a demanda, oferta e os preços. O equilíbrio de mercado. Custos de produção em concorrência perfeita. Equilíbrio da firma. Elasticidade preço da demanda. Estruturas de Mercado e Formação de Preços: concorrência perfeita. Monopólio. Oligopólio. Padrões de concorrência em mercados oligopolísticos: tipos de mercados e barreiras à entrada. Administração Pública. Macroeconomia: A política fiscal e a política monetária. A economia mundial. Equilíbrio macroeconômico. Crescimento econômico e inflação. Os ciclos econômicos. Noções de Contabilidade Pública.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

JORGE, Fauzi Tamaco; MOREIRA, José Octávio de Campos. Economia: Notas Introdutórias. São Paulo: Atlas, 1990 - KON, Anita. Economia Industrial. São Paulo: Nobel, 1994 - MORCILLO, F. M.; TROSTER, R. L. Introdução à Economia. 2 ed. São Paulo: Mkron Books, 1997 - PINHO, D. B. & VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.) Manual de economia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998 - VASCONCELLOS, M. A. & GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998 - FERLIE, Ewan et al. A Nova Administração Pública em Ação. Brasília: UNB, 1999 - COSTA, F. N. Economia em 10 lições. São Paulo: Makron Books, 2000 - PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira, 2001 - ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 17 ed. São Paulo: Atlas, 1997 - SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999 - VASCONCELLOS, M. A. & GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998 - VASCONCELLOS, M. A. & TROSTER R. L. Economia básica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1998 - WESSELS, W. J. Economia. São Paulo: Saraiva, 1998 - PARKIN, Michael. Macroeconomia, Editora Addison Wesley, 2003 - e outros livros que abrangem o programa proposto. Kohama Hélio. Contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (atualizada).

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL**

Materiais de construção civil: Componentes de alvenaria – tijolos cerâmicos e blocos vazados. Concreto armado – dosagem, amassamento, lançamento e cura. Argamassas para revestimento – chapisco, reboco e emboço. Aço para concreto armado – tipos de aço e classificação. Tecnologia das edificações: Estudos preliminares. Levantamento topográfico do terreno.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

Anteprojetos e projetos. Canteiro de obras. Técnicas construtivas de: - Alvenarias de vedação e alvenarias estruturais; - Formas para concreto armado; - Sistema de formas de madeira; - Cobertura das edificações; Telhados cerâmicos – suporte e telhas. Limpeza pública: Estimativa de contribuições. Coleta de resíduos sólidos domiciliares. Compostagem. Aterro sanitário e controlado. Instalações hidráulico-sanitárias: Projeto e dimensionamento de instalações prediais de água fria. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de esgotos sanitários. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de águas pluviais. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de combate a incêndio. Geotecnia: Mecânica dos solos, fundações. Drenagem pluvial: Estimativa de contribuições. Galerias e canais.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

RIPPER, E. Manual prático de materiais de construção. São Paulo: Editora PINI, 1999. FALCÃO BAUER, L.A. Materiais de Construção. Vol 2. São Paulo: Editora LTC. 1999. ABNT NBR 6118:2003 - Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento, Rio de Janeiro, RJ, 2003. ABNT NBR 6120:1980 – Cargas para o cálculo de estruturas de edificações – Procedimento, Rio de Janeiro, RJ, 1980. Süsskind, J. C (1976). Curso de Análise Estrutural – vol. 1, Ed. USP, São Paulo, SP. GERE, J. M (1981). Análise de Estruturas Reticuladas, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. Ortigão, J A P (1993) – Introdução à Mecânica dos Solos. BAPTISTA, M. B., COELHO, M. M. L. P. Fundamentos de engenharia hidráulica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, v.1. 440p. BARROS, R.T.V., CHERNICHARO, C.A.L., HELLER, L., VON SPERLING, M. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Vol. 1: Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1995, 221p. VIANNA, M.R. Instalações hidráulicas prediais. Belo Horizonte: Imprimatur, 1998. 360p.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENGENHARIA ELÉTRICA**

I. Circuitos Elétricos. II. Circuitos Trifásicos. III. Instalações Elétricas de Baixa Tensão. IV. Instalações Elétricas de Média e Alta Tensão. V. Materiais e Equipamentos Elétricos. VI. Medição de Energia Elétrica. VII. Conversão Eletromecânica de Energia. VIII. Eletrônica de Potência. IX. Automação e Controle. X. Análise de Sistemas de Energia. XI. Transmissão e Distribuição de Energia. XII. Acionamentos Elétricos. XIII. Eficiência Energética. XIV. Proteção de Sistemas de Energia Elétrica.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

1. CAMARGO, Ivan. Noções Básicas de Engenharia Econômica - Aplicações ao Setor Elétrico. Finatec. 2. CAMINHA, Amadeu C. Introdução à Proteção dos Sistemas Elétricos. São Paulo (Cx Postal 5450): Edgard Blucher Ltda. 3. CLOSE, Charles M. Circuitos Lineares (Vol. 1). Editoras da USP e LTC. 4. COTRIM, Ademaro A. M. B.. Instalações Elétricas. Makron Books. 5. CREDER, Hélio. Instalações Elétricas. LTC. 6. MEDEIROS FILHO, Sólon de. Medição de Energia Elétrica. Ed. Guanabara Dois. 7. FITZGERALD, A.E.; Kingsley JR, C.; Kusko, A. Máquinas Elétricas. McGraw Hill do Brasil. 8. KATSUHIKO, Ogata. Engenharia do Controle Moderno. Prentice Hall do Brasil. 9. LIMMER, Carl V. Planejamento e orçamentação e controle de obras. LTC. 10. MAMEDE FILHO, João. Instalações Elétricas Industriais. LTC. 11. MAMEDE FILHO, Joaquim. Manual de Equipamentos Elétricos (Vols I e II). Editora LTC. 12. MOHAN, N. Power Electronics: Converters, Applications, and Design. 1995. 13. ROBBA, Ernesto. Introdução a Sistemas Elétricos de Potência - componentes simétricos. Edgard Blücher. 14. SILVEIRA, Paulo R. da & SANTOS, Winderson E. Automação e Controle Discreto. Érica. 15. SLEMON, G.R. Equipamentos Magnetelétricos: transdutores, transformadores e máquinas. LTC. 16. STEVENSON, William D. Elementos de Análise de Sistemas de Potência. McGraw Hill do Brasil.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE JORNALISMO**

MÍDIA ESCRITA: Normas técnicas de redação e estilo; Técnicas de entrevista e reportagem; A notícia em jornalismo impresso; Os componentes subjetivos e objetivos da profissão de jornalista; Códigos de ética, normas e leis; Técnicas de redação em assessoria de imprensa; O planejamento, as políticas, os planos e estratégias em assessoria de imprensa; Organização de entrevistas; O controle da informação em assessoria de imprensa; Elaboração de materiais em assessoria de imprensa. Normas, leis e ética jornalística; Captação, tratamento, redação, edição e apresentação de notícias e de reportagens radiofônicas; Gêneros radiofônicos e a entrevista no rádio.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica. São Paulo: Ática. 1990.v. I e II. CORRADO, Frank M. A Força da Comunicação. São Paulo: Makron Books, 1994. DINES, Alberto. O papel do jornal: uma releitura. São Paulo: Summus Editorial, 1996. HENN, Ronaldo. Pauta e notícia. Canoas: Ulbra, 1996. KROPPLIN, Elisa e FERRARETTO, Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: teoria e prática. Porto Alegre: Sagra – DC Luzzatto, 1993. RÜDIGER, Francisco. Tendências do Jornalismo. Porto Alegre: Universidade, 1993. SODRÉ, Munis & FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986. ANDRÉ, Alberto. Ética e códigos da Comunicação Social. Porto Alegre: ARI-Sagra-DC Luzzatto, 1994. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. Manual de assessoria de imprensa. São Paulo, 1986. FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000. FERRARETTO, Luiz Artur e KOPPLIN, Elisa. Assessoria de Imprensa: Teoria e Prática. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL**

1. Processos em Gestão de Pessoas; 2. Processos Grupais e Relações Interpessoais; 3. Cultura e Clima Organizacional; 4. Saúde Mental no Trabalho; 5. Comportamento Organizacional; Ética Profissional. 6. Código de Ética Profissional do Psicólogo.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

HEIL, Gary - BENNIS Warren - STEPHENS Deborah C. Gerenciando o Lado Humano da Empresa – Douglas Macgregor em Foco. São Paulo: Editora Qualitymark, 2002. CHIAVANETO, Idalberto. Gestão de Pessoas – O Novo Papel dos

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. DAVIS, Keith / John, W. Newstrom. Comportamento Humano no Trabalho I. São Paulo: Editora Pioneira, 1992, Capítulos 01, 03, 04, 06, 07. DEJOURS, Christophe. A Loucura do Trabalho – Estudo da Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Editora Cortês Oboré, 1992. MOSCOVICI, Felá. Desenvolvimento Interpessoal – Treinamento em Grupo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. SOTO, Eduardo. Comportamento Organizacional – Impactos das Emoções. São Paulo: Editora Pioneira Thomson, 2002, Capítulos 01, 03, 07, 08. ZANELL, José Carlos. O Psicólogo nas Organizações de Trabalho. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002, Capítulo 01. Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SOCIOLOGIA**

1. Objeto e método na Sociologia; 2. Sociologia clássica: contribuições de Durkheim, Weber e Marx; 3. Principais teorias da Sociologia Contemporânea; 4. Conceitos fundamentais: grupos sociais, cultura, ideologia, estrutura social e sociabilidade; 5. Sociologia brasileira: principais contribuições; 6. Problemas brasileiros contemporâneos; 7. Pesquisa sociológica contemporânea: vertente quantitativa; 8. Pesquisa sociológica contemporânea: vertente qualitativa; 9. Análise sociológica de políticas públicas; 10. Sociologia e Educação Superior: análise diagnóstica; 11. Sociologia e o mundo do trabalho.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998. ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1995. BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. DOURADO, Luiz Fernandes. & PARO, Vitor Henrique. (orgs). Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001. FORACHI, Marialice M. & MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade – Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. FORQUIN, Jean Claude. (org.). Sociologia da Educação: Dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995. HAGUETE, Maria Teresa Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995. MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1994. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia Oliveira; GARDENIA, Márcia. Um Toque de Clássicos – Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR**

1. Teorias da Administração. 1.1 Abordagens, escolas e autores. 1.2 Teoria da Burocracia na Administração. 1.3 Teoria de Sistemas na Administração. 2. O Processo Administrativo. O planejamento. Tipos de planejamento. O processo de planejamento estratégico. Organização. Departamentalização. OSM – noções gerais. Organogramas e fluxogramas. Direção. Motivação e comportamento humano nas organizações. Cultura organizacional. Liderança e conflitos. Controle. Definição de indicadores. Eficiência, eficácia e efetividade. 3. Administração Financeira, Administração de Materiais e Noções de Contabilidade Pública. 4. Responsabilidade Social, ética na administração e cidadania corporativa. Saúde e Sociedade. Políticas de Saúde. Epidemiologia. Informação em Saúde. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental. Ética em Serviços de Saúde. Planejamento e Programação em Saúde. Estrutura, desenvolvimento e cultura organizacional. Gerência de Recursos Materiais. Gerência de Recursos Financeiros. Recursos Humanos em Saúde. Qualidade em Saúde. Avaliação em Serviços de Saúde. Estatística Vital. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. MARCH, J. G. e SIMON, H. A. Teoria das organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. MAXIMINIANO, Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MONTANA, Patrick & CHARNOV, Bruce H. Administração; um modo fácil de dominar conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 1998. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. Gestão Municipal de Saúde: textos básicos. Rio de Janeiro; Brasil. Ministério da Saúde, 2001. Gestão Municipal de Saúde: Leis, Normas e Portarias Atuais. Rio de Janeiro; Brasil. Ministério da Saúde, 2001. PEREIRA, Maurício Gomes. Epidemiologia: Teoria e Prática. Ed. Guanabara Koogan, 1995. MOLEITTA, Carlos Henrique Mudado. Bioestatística e Saúde Pública. Belo Horizonte .Ed. Coopmédica, 1992. MOTTA, F. P. e CALDAS, M. C. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Atlas, 1997. MENDES, E. V. Uma agenda para a Saúde. São Paulo: Hucitec, 1996. FALK, J. S. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas. LOBOS, J. Administração de Recursos Humanos. São Paulo. Atlas, 1979. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL**

Serviço social na Contemporaneidade: questão social, trabalho profissional, construção de um projeto ético-profissional, transformações societárias, a prática profissional; demandas profissionais. Serviço Social e Seguridade Social: saúde, previdência social, assistência social, organização dos serviços de saúde. Assistência Social e Política Social: organização e gestão das políticas sociais, política brasileira de seguridade social. Serviço Social e Reforma Sanitária: processo histórico, movimento sanitário, serviço social na área da saúde. Ética Profissional: o código e seus princípios fundamentais. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BRASIL, MPAS/SEAS, Política Nacional de Assistência Social, publicada no D.O.U. de 16/04/99. BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Previdência Social, nº 8213, de 24/07/91, atualizada e publicada no D.O.U. de 11/04/96.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Previdência Social, nº 8742, de 07/12/93. BRAVO, Maria Inês de S. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1996. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93). 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997. GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2001. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE –Saúde, Qualidade de Vida e Direitos - nº 74. São Paulo: Ed Cortez, 2003. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE ESPECIAL – Assistência e Proteção Social - nº 68. São Paulo: Ed Cortez, 2002. VASCONCELOS, Ana Maria. A Prática do Serviço Social - cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL, Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE PATOLOGIA CLÍNICA**

Análises bioquímicas do sangue, da urina e outros meios biológicos. Compostos nitrogenados não protéicos. Proteínas, lipídeo e seu fracionamento. Glicídios. Provas especiais de exploração da função hepática. Provas especiais de exploração de função renal. Eletrólitos. Correlação de resultados bioquímicos com a fisiopatologia. Bioquímica do líquor. Enzimologia clínica. Biossegurança. Órgãos hematopoiéticos, eritropoese, leucopoese, fisiopatologia dos eritrócitos. Coagulação sanguínea: mecanismos e provas. Análises hematológicas de rotina laboratorial, hemograma, orientação interpretativa dos resultados. Estudos das anemias, leucemias e síndromes hemorrágicas. Bases gerais da resposta imunológica. Características e mecanismos funcionais das células e órgãos de defesa, dos anticorpos, do sistema complemento, das citocinas. Ativação dos linfócitos. Imunologia aplicada: hipersensibilidades, auto-imunidade, tumores, imunodeficiências, imunoproliferação. Principais reações sorológicas na rotina de imunologia clínica: fixação do complemento, soroprecipitação, hemaglutinação, neutralização, precipitação, imunofluorescência e ensaios imunoenzimáticos, técnicas e métodos de diagnóstico. Infecções bacterianas de interesse clínico. Morfologia, patogenia, metabolismo e aspectos relacionados às bactérias que influenciam na sua virulência. Métodos para isolamento e identificação dos principais agentes causadores de infecções, a partir de diversos materiais biológicos dando ênfase aos agentes bacterianos. Estudo dos protozoários e helmintos: ciclo evolutivo, morfologia, patogenia e diagnóstico. Colheita e conservação do material biológico. Preparo de reativos e corantes. Métodos específicos que permitam o diagnóstico laboratorial de protozoários intestinais, teciduais e sanguíneos e helmintos. Coprológico funcional. Exame físico-químico e sedimentoscopia qualitativa e quantitativa da urina. Controle de qualidade em análises clínicas. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; POBER, J. S. Imunologia Celular e Molecular. 4 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. CALICH, V.; VAZ, C. Imunologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. DE CARLI, G. A. Parasitologia clínica : seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. São Paulo : Atheneu, 2001. 810p. DEFFUNE, E., MACHADO, P.E.A.. Normas de biossegurança para as áreas hospitalar e laboratorial - Parte I. News Lab, 1995. Vol. 13, p. 32-4. Devlin, T.M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 4.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998. 1007 p. FAILACE, R. Hemograma: manual de interpretação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. FERREIRA, A.W., ÁVILA, S. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. HOFFBRAND, A.V.; PETTIT, J.E. Hematologia clínica ilustrada. São Paulo: Manole, 1991. JAWETZ, E., BROOKS, G., MELNICK, J., BUTEL, J., ADELBERG, E., ORNSTON, N. Microbiologia médica. 18.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. KANOUN, P. Manual de exames de laboratório. São Paulo: Atheneu, 1990. LIMA, A. O; SOARES, J.B.; GRECO, J.B.; GALIZZI, J.; CANÇADO, J.R. Métodos de Laboratório aplicados à clínica: técnica e interpretação. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. MINS, C. et al. Microbiologia médica. 2.ed. São Paulo: Manole, 2000. MOURA, R.A. A; WADA, C.S.; PURCHIO, A.; ALMEIDA, T.C. Técnicas de laboratório. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1987. NEVES, D. P. Parasitologia humana. 10.ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 428 p. RAVEL, R. Laboratório clínico: aplicações clínicas dos dados laboratoriais. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. STRASINGER, S.K. Uroanálise e fluidos biológicos. 3.ed. São Paulo: Premier, 1995. THOMAS, G. R. L. Hematologia clínica de Wintrobe. 9.ed. Buenos Aires: Inter Médica, 2.v.1998. TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 6. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 827 p. VALLADA, E.P. Manual de técnicas hematológicas. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENFERMAGEM HOSPITALAR**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENFERMAGEM HOSPITALAR EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENFERMAGEM HOSPITALAR OBSTÉTRICA**

Semiologia e Semiotécnica: exame físico; técnicas de enfermagem; preparo e administração de medicações/soluções. Processo de enfermagem. Bioética. Aspectos éticos e legais da prática de enfermagem. Legislação de enfermagem, ética profissional e direitos do paciente e de sua família. Enfermagem Médico-cirúrgica: Assistência de Enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem aos clientes adulto e idoso. Enfermagem Materno-infantil: Assistência de enfermagem ao recém-nascido e à criança hospitalizados (clínico e cirúrgico). Ações de prevenção e controle das infecções. Medidas preventivas de acidentes. Implementação de plano de educação à saúde. Enfermagem em Saúde Pública.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

Vigilância Epidemiológica. Doenças Transmissíveis/Imunização. Vigilância Sanitária. DST/AIDS. Enfermagem em Saúde Mental. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Enfermagem. 2001. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Norma de Vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde, 2001. COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. 1993. COFEN. Lei do Exercício Profissional de Enfermagem. 1993. Guia de Vigilância Epidemiológica – Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde. Brasília, agosto/2002. Legislação Estadual – Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a promoção de saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária e dá outras providências. Legislação Federal – Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília – DF. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998. Brasília: DOU, 13/05/98. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Processamento de artigos e superfícies em estabelecimentos de saúde. Brasília/DF, 1994. ROUQUAYROL, M Z; Almeida Filho, N. Epidemiologia e Saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. SMELTZER S, BARE B. Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. 9. ed. VERONESI, R e FOCACIA, R. – Tratado de Doenças Infecciosas. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ateneu, 1997. Site [www.funasa.gov.br/publicacoes](http://www.funasa.gov.br/publicacoes). BRASIL, Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL, Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENGENHARIA HOSPITALAR**

Eletrônica aplicada; Eletro-eletrônica; Instalações hospitalares; Equipamentos Biomédicos; Segurança de equipamentos biomédicos; Equipamentos especiais de laboratórios; Higiene e segurança hospitalar; Estratégia em saúde; Administração hospitalar; Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CAMPOS, V. F. Gerenciamento da Rotina de Trabalho do Dia-a-dia. Fundação Cristiano Otoni - EEUFMG, 1994. WANG, B. and CALIL, S. J. Clinical Engineering in Brazil. Current Status. 1991. JACOBSON, B. and WEBSTER, J. G. Medicine and Clinical Engineering. 1997. BRASIL, ANVISA. Segurança no Ambiente Hospitalar. (disponível em [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)). KARMAN, J. Manutenção Hospitalar Preditiva. Editora Pini. 1994. MOREL, M. M. e BERTUSSI, L. A. Resíduos de Serviços de Saúde. in Rodrigues. A. C. et al. Infecções Hospitalares: Prevenção e Controle. Savier. 1997. BRASIL. Ministério da Saúde, Brasília, 1992. Normas para Implantação de Unidades de Hemoterapia e Hematologia: apresentação, objetivos, estruturas das unidades que compõem o sistema. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO**

Teorias e modelos de acidentes do trabalho, Higiene ocupacional, Ergonomia e fatores humanos, Gestão de riscos e análise de acidentes, Árvore de causas, Legislação de segurança. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BINDER, M.C.P.; MONTEAU, M.; ALMEIDA, I.M. Árvore de causas. São Paulo, Publisher Brasil Ed., 1995. BRASIL. MTB. Manual de aplicação da NR-17. Brasília (escrito por Carlos A. Diniz Silva). DEJOURS, C. (1997). O fator humano. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. GUÉRIN et al. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo, Edgard Blücher. 2001. LHORY, M. Acidentes industriais: o custo do silêncio. Rio de Janeiro, Multimais. OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção Jurídica à saúde do trabalhador. São Paulo, LTr, 1996. SALIBA, Tuffi M. & CORRÊA, Márcia A. C. Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos. São Paulo, LTR, 1998 (4ª edição atualizada). Segurança e Medicina do Trabalho. Manuais de Legislação Atlas. São Paulo, Atlas (edição atualizada). DE CICCO, F.M.G.A.F. & FANTAZZINI, M.L. Introdução à engenharia de segurança de sistemas. São Paulo, Fundacentro, 1981 (2ª edição). MENDES, R. (organizador). Patologia do Trabalho. Volume 2. Parte IV: A redução e a eliminação da nocividade do trabalho. São Paulo, Atheneu. 2003. (2ª edição ampliada). BRASIL, Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL, Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL, Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE FARMÁCIA HOSPITALAR**

**Farmacologia Clínica:** Estudo dos processos farmacocinéticos e farmacodinâmicos. Grupos farmacológicos. Estudos de bioequivalência, biodisponibilidade e estabilidade de medicamentos. Fatores fisiopatológicos e bioquímicos que afetam a resposta farmacológica. Interações medicamentosas, vias de administração de medicamentos. Estudo da posologia. **Assistência e Atenção Farmacêuticas:** atuais conceitos e a realidade brasileira. **Farmacoepidemiologia:** os indicadores de prescrição da OMS, Farmacovigilância, erros de medicamentos. **Farmácia Hospitalar:** conceito, objetivos, funções e atividades. **Farmacotécnica Hospitalar:** soluções não estéreis (germicidas hospitalares domissanitários e produtos de higiene

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

peçoal); Misturas endovenosas, Nutrição parenteral. Incompatibilidades farmacêuticas. Cálculos estequiométricos. Biossegurança. A farmácia Hospitalar e o controle das infecções hospitalares. Introdução ao Estudo de Farmacoeconomia. Código de Ética farmacêutica. Legislação farmacêutica, Entidades Profissionais. Legislação sanitária aplicada à farmácia. Licitações Públicas. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CUNHA, B. C. A. Assistência Farmacêutica. GOMES, MJVM, REIS, AMM. Ciências farmacêuticas – uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Ed. Atheneu, 2000. Lei 5991/73, anotada e comentada. São Paulo: Atheneu, 1989. BRASIL, Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990. BRASIL, Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, 1990. In: Manual Gestor SUS. Rio de Janeiro: Lidador, 1997. CARLINI, A. E. Medicamentos, drogas e saúde. São Paulo: Hucitec, 1995. DEFFUNE, E.; MACHADO, P.E.A. Normas de Biossegurança para as áreas hospitalar e laboratorial – Parte I. News Lab, 1995. Vol. 13, p. 32 – 4. HARDMAN, J. G.; GOODMAN, L. S. & GILMAN, A. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 9. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana, 1996. MINS, C. et al. Microbiologia médica. 2.ed. São Paulo: Manole, 2000. RANG, H. P. & DALE, M. M. Farmacologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2001. MARTINDALE, THE EXTRA PHARMACOPOEIA, 31 th Ed. London: The Pharmaceutical Press, 1996. OGA, SEIZI, BASILE AULUS C. Medicamentos e Suas Interações. São Paulo: Atheneu, 2001. FARMACOPÉIA BRASILEIRA. 4 ed. São Paulo: Atheneu, p.IV1-IV10, 1998-2000. ZANINI, A. C. & OGA, S. Farmacologia Aplicada. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 1994. Revista Farmácia Brasileira nº 50 – Outubro/novembro/dezembro 2005 – Erros de medicação. CASTRO, M. S. DE GOLDIM, J. R. Bioética e Farmácia. Revista Farmácia Brasileira, nº 13, março-abril, 1999. ZUBIOLI, A. Profissão: Farmacêutico. E agora? Curitiba: Lovise, 1992. DESTRUTI, A. B. et al. Cálculos e conceitos em farmacologia. 6 edição. São Paulo, Senac, 2003. LEHNINGER, A. L., Nelson, D. L., COX. M. M. Princípios de Bioquímica, 2 ed. São Paulo: Sarvier, 1995. GUYTON, A. C. Tratado de Fisiologia Médica. 4 ed. Porto alegre: Ed. Guanabara Koogan, 1973. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº 272, de 8 de abril de 1998. Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 abril 1998. (Disponível em <http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/index.htm>). MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Substâncias e Medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 19 de maio de 1998. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC nº 33, de 19 de abril de 2000. Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos em Farmácias e seus Anexos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de janeiro de 2001. (Disponível em: <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=16678&word=>). BRASIL. ANVISA. Resolução RDC Tratamento de Resíduos Hospitalares. BRASIL, Ministério da Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em estabelecimentos de Saúde. Brasília, 2 ed, 1994. Lei de Licitação 8666/1993. Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de jun, de 2003. (Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genéricos/legis/resoluções/2003/135\\_03rdc.htm](http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genéricos/legis/resoluções/2003/135_03rdc.htm)). BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coordenação de controle de infecção hospitalar. Guia Básico para a Farmácia Hospitalar, Brasília, 1994. Conselho Federal de Farmácia. Manual Básico de Farmácia Hospitalar. Brasília, Conselho federal de Farmácia, 1997. Disponível em: [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br); [www.cff.org.br](http://www.cff.org.br); [www.crfmg.org.br](http://www.crfmg.org.br). BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE FISIOTERAPIA HOSPITALAR**

Avaliação do paciente. Medida da função musculoesquelética. Reabilitação cardiopulmonar. Órteses. Meios físicos em Reabilitação. Reabilitação do paciente amputado. Reabilitação do Aparelho Osteoarticular. Reabilitação do Politraumatizado. Reabilitação nas Lesões de Partes Moles. Reabilitação na Osteoporose. Reabilitação na Artrite Reumatóide. Reabilitação nas Alterações Posturais e Algias vertebrais. Reabilitação em Hemiplegia. Paralisia Cerebral e tratamento de reabilitação. Lesão Medular e reabilitação. Tratamento Fisioterápico na Lesão Nervosa Periférica. Abordagem fisioterápica nas Distrofias Musculares. Abordagem fisioterápica nos Distúrbios Osteomusculares relacionados com o Trabalho e reabilitação. Reabilitação do idoso. Exercício e qualidade de vida. Prevenção das Infecções em serviços de reabilitação. Reabilitação na Arteriopatia dos Membros Inferiores, alterações do Retorno Venoso e Linfático. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CAROLYN KISNER/LYNN COLBY. Exercícios Terapêuticos. Editora Manole, 1998. CASH. Fisioterapia em Ortopedia e Reumatologia. Editora Panamericana, 1984. DE LISA. Medicina de Reabilitação – Princípios e Práticas. Editora Manole, 1992. EMC-Kinesiterapia Medicina Física, 2002. JANICE K. LOUDON / STEPANIA L. BELL / JANE M JOHNSTON – Guia Clínico de Avaliação Ortopédica MANOLE – 1999. KRUSEN. Tratado de Medicina Física e Reabilitação MANOLE 1984. LIANZA, S. Medicina de Reabilitação 3. ed. Guanabara Koogan, 2001. MCARDLE. Fisiologia do Exercício 3. ed. Guanabara Koogan: 1992. NABIL GHORAYEB -TURÍBIO BARROS. O Exercício. Atheneu, 1999. BRASIL, Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL, Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL, Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE FONOAUDIOLOGIA**

Área: Linguagem – Desenvolvimento da linguagem oral na criança. Desenvolvimento da linguagem escrita. Fundamentos da Lingüística. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem Escrita. Atuação Fonoaudiológica relacionada às lesões cerebrais. Atuação fonoaudiológica relacionada à terceira idade. Área: Voz – Desenvolvimento da Fonação. Avaliação perceptual e acústica da voz. Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais. Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade. Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas. Atuação fonoaudiológica nas paralisias laríngeas. Atuação fonoaudiológica nas alterações estruturais mínimas da laringe. Atuação fonoaudiológica em estética vocal. Atuação fonoaudiológica nas seqüelas de cirurgia de cabeça e pescoço. Área: Motricidade Oral – Desenvolvimento do sistema sensorio motor oral. Desordens miofuncionais orais nas funções estomatognáticas. Desordens miofuncionais orais nas disfunções de articulação Temporomandibular. Desordens miofuncionais orais nas doenças neuromusculares. Desordens miofuncionais orais em RN e alto risco. Desordens miofuncionais orais em fissura lábiopalatina. Desordens miofuncionais orais em paralisia cerebral. Disfagias neurogênicas. Exames complementares em motricidade oral. Legislação – Resolução C.F.Fa. nº 309/2005 (dispõe sobre a Atuação do Fonoaudiólogo na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Especial e Superior, e dá outras providências). Lei nº 10.436/2002 (dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências). Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**ALBERNAZ, P. L. M.** Otorrinolaringologia para o Clínico Geral. **ALTMANN, E.B.C.** Fissuras Labiopalatinas. São Paulo: Pró-Fono, 1994. **ANDRADE, C. F.** Fonoaudiologia em Berçário Normal e de Risco. São Paulo: Lovise, 1996. **COLTON, R.H.; CASPER, J.K.** Compreendendo os Problemas de Voz: Uma perspectiva fisiológica ao diagnóstico e ao tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1996. **FURKIN, A. M.; SANTINI C.S.** Disfagias Orofaríngeas. São Paulo: Pró-Fono, 1996. **MARCHESAN, I.Q.** Fundamentos em Fonoaudiologia: Aspectos Clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koojan, 1998. **PETRELLI, E.** (Coordenador). Ortodontia para Fonoaudiologia. Curitiba: Lovise, 1992. **PINHO, S.M.R.** Fundamentos em Fonoaudiologia: Tratando os Distúrbios da Voz; Rio de Janeiro: Guanabara Koojan, 1998. **PINHO, S.M.R.** Tópicos em Voz. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koojan, 2001. São Paulo. **Byk Editora, 1997.** Obs.: As legislações citadas no Programa poderão ser encontradas no site [www.fonoaudiologia.org.br](http://www.fonoaudiologia.org.br). **BRASIL.** Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. **BRASIL.** Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. **BRASIL,** Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE NUTRIÇÃO HOSPITALAR/CLÍNICA**

Nutrientes nos alimentos: digestão, Absorção, Metabolismo e excreção; Necessidades Dietéticas Recomendadas e Dieta adequada para todas as fases do Ciclo da Vida (Nutrição na Gravidez e Lactação, na Infância, na Adolescência, na idade Adulta e para o Idoso) Avaliação nutricional; Terapia de Nutrição enteral; Distúrbio da Nutrição; Falta ou Excessos, Terapia Nutricional nas Doenças do Trato Digestório (Doenças do Esôfago, estômago, Intestino, Fígado, Pâncreas exócrino e Sistema Biliar); Terapia Nutricional nas Doenças do Metabolismo e das Glândulas Endócrinas (Diabetes Melito, Hipoglicemia); Terapia Nutricional no Estresse Metabólico: Sepsis, Trauma, Queimaduras e Cirurgia; Terapia Nutricional nas Doenças do Sistema Circulatório (Doenças Cardiovasculares); Terapia Nutricional nas Anemias; Terapia Nutricional nas Doenças reumáticas; Terapia Nutricional na Doença Pulmonar; Terapia Nutricional nas Doenças do Sistema Nervoso; Terapia Nutricional na doença Mental; Terapia Nutricional na Infecção por HIV e AIDS; Terapia Nutricional na doença Neoplásica; Terapia Nutricional nas doenças da Infância (Recém-Nascido de baixo peso e alto risco; Erros Inatos do Metabolismo). Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

**MAHAN, LK; ESCOTT; STUMP, S.** Krause. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 11ª ed. São Paulo: Roca, 2005. **WAITZBERG D.** Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 1809p. **CUPARI, L.** Nutrição Clínica no Adulto. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2002. **VITOLLO, M.R.** Nutrição da Gestação à Adolescência. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2003. **ACCIOLY, E.** Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2002. **PINHEIRO, M.P.** Nutrição do lactente: bases científicas para uma alimentação adequada. Viçosa, 2000. **AMÉDÉE, L.P.F.** Terapia Nutricional nas Doenças do Aparelho Digestivo na infância. 2ª ed. Belo Horizonte: Medsi, 2003. Legislação Terapia Nutricional: Portaria SAS/MS nº 131 de 08 de Março de 2005, Código de Ética Profissional dos Nutricionistas – Resolução CFN 141/93 – DOU de 15 de Dezembro de 1993. **BRASIL.** Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. **BRASIL.** Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. **BRASIL.** Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE PEDAGOGIA HOSPITALAR**

Cotidiano da Educação Infantil. Infância e a Educação Infantil. Psicologia Educacional: desenvolvimento infantil e aprendizagem. Educação formal e não formal. Política da Educação no Brasil. A avaliação e seu processo de apropriação/mediação. Desenvolvimento das atividades pedagógicas e a organização do espaço. Arte educação. Legislação brasileira da Educação Básica. Estatuto da Criança e do Adolescente. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Os profissionais da Educação Infantil e a busca por uma Pedagogia da Infância. Atendimento Escolar no Ambiente Hospitalar Inclusão e exclusão nos processos educativos. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. SÃO Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. FREIRE, Madalena. *A paixão de conhecer o mundo*. Editora Paz e Terra, 1983. KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce*. Editora Cortez: SP, 2001. KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e Educação Infantil – uma abordagem histórica*. Editora Mediação: Porto Alegre, 1998. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069/1990*. FARIA, Ana Lúcia Goulart e PALHARES, Marina Silveira (orgs.), *Educação Infantil PÓS – LDB: Rumos e Desafios*. Editora Autores Associados / Faculdade de Educação Unicamp, 1999. DUARTE JR., João Francisco, *O Sentido dos Sentidos – A Educação do Sensível*. Criar Edições: Curitiba, 2001. SAVIANI, Demerval. *A nova lei da Educação – LDB*. Editora Autores Associados, Campinas, SP. FARIA, Ana Lucia Goulart de, DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri, PRADO, Patrícia Dias (orgs.). *Por uma cultura da infância – metodologias de pesquisa com crianças*. Editora Autores Associados, 2002. FONSECA, Eneida Simões, *Atendimento escolar no Ambiente Hospitalar*, São Paulo: Ed. Memnon, 2003. BRASIL, Programa Nacional de Humanização de Assistência Hospitalar PNHAAH – portal/humaniza.org. BRASIL, Ministério da Educação, *Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico domiciliar: estratégias e orientações/ Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC, SEESP, 2002. Atendimento escolar no Ambiente Hospitalar*, São Paulo, Ed. Memnon, 2003. BRASIL, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CBE nº 02 de 11/09/2001. *Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados*. Resolução nº 41, de 17-10-95 Brasília. STAINBACK, Suzan e STAINBACK, Willian. *Inclusão – um guia para educadores*, Porto Alegre: Artmed, 1999. MARANHÃO, Diva. *Ensinar Brincando*, RJ, Walk Editora, 2004. DUARTE JR., João Francisco. *O Sentido dos Sentidos – A Educação do Sensível*, criar Edições, Curitiba, 2001. HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora – uma prática em construção da Pré-escola à Universidade*, Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. BRASIL, Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL, Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE PSICOLOGIA CLÍNICA HOSPITALAR**

Técnicas de intervenção psicológica: as entrevistas preliminares; O processo psicodiagnóstico e a direção do tratamento; As estruturas clínicas: Neurose, Psicose e Perversão; A criança e o adolescente: a teoria da sexualidade; As novas formas do sintoma: delinquência, toxicomania, anorexia e outros; Os complexos familiares: o sintoma e a família; A nova política de organização da assistência à saúde mental voltada para a substituição gradativa dos leitos hospitalares por modalidades de tratamentos substitutivos; O psicólogo no Hospital Geral: o possível dessa prática no hospital atendendo às demandas e suas especificidades nas 3 vertentes: Paciente – Família – Equipe. A clínica das urgências. Código de Ética. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL, Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990. BRASIL, Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, atualizada. MINAS GERAIS. Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. CASTRO, Helenice Saldanha de. *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*. Texto: Soluções psicóticas: o delírio, a passagem ao ato e a produção, Ano 04. Número 07. Novembro de 2001. Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. CURINGA nº 13. *Psicanálise e Saúde Mental*. Belo Horizonte: EBP-MG, 1999. DOR, Joël. *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: 1994. EY, H., BERNARD, P., BRISSET, C. – *Manual de Psiquiatria*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Massom, 1981. (Seção II, 2-8 e seção III, 4-6). FREUD, S. – *Neurose e Psicose (1923)*. Obras Completas. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. FREUD, S. *Romances Familiares*. Ed. Standard Brasileira da Obra de Freud. Rio de Janeiro: Imago Ed., Vol. IX, 1976. LACAN, Jacques. *Os Complexos Familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Legislação em Saúde Mental. Série E - Legislação em Saúde*. Brasília – DF: nº 4, Dezembro 2000. LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica em movimento – por uma sociedade sem manicômio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. MACHADO, R. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault (Arqueologia da percepção – 57-95)*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. NOMINÉ, Bernard. *O sintoma e a família, conferências belorizontinas*. Belo Horizonte: EBP, 1997. QUINET, A. In: *Psicanálise e Psiquiatria. Textos: Como se diagnostica hoje?, Crime e responsabilidade*, Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos Ed., 2001.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE FISIOTERAPIA HOSPITALAR/UTI**

Avaliação do paciente. Medida da função musculoesquelética. Reabilitação cardiorrespiratória. Órteses. Próteses. Meios físicos em Reabilitação. Reabilitação do paciente amputado. Reabilitação do Aparelho Osteoarticular. Reabilitação do Politraumatizado. Reabilitação nas Lesões de Partes Moles. Reabilitação na Osteoporose. Reabilitação na Artrite Reumatóide. Reabilitação nas Alterações Posturais e Algias Vertebrais. Reabilitação em Hemiplegia. Paralisia Cerebral e tratamento de reabilitação. Lesão Medular e reabilitação. Tratamento Fisioterápico na Lesão Nervosa Periférica. Abordagem fisioterápica nas Distrofias Musculares. Abordagem fisioterápica nos Distúrbios Osteomusculares relacionados com o Trabalho e reabilitação. Reabilitação do idoso. Exercício e qualidade de vida. Prevenção das Infecções em serviços de reabilitação. Reabilitação na Arteriopatia dos Membros Inferiores, alterações do Retorno Venoso e Linfático. Fisioterapia em pneumologia; fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar – gasimetria arterial; insuficiência respiratória aguda e crônica; infecção do aparelho respiratório; avaliação fisioterápica do paciente crítico; ventilação mecânica – vias aéreas artificiais:

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
EDITAL 01/2006**

**ANEXO III – PROGRAMA DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA  
RETIFICADO (1ª e 2ª Retificação)**

indicações da ventilação mecânica, modos de ventilação mecânica, desmame da ventilação mecânica. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

CAROLYN KISNER/LYNN COLBY. Exercícios Terapêuticos. Editora Manole, 1998. CASH. Fisioterapia em Ortopedia e Reumatologia. Editora Panamericana, 1984. DE LISA. Medicina de Reabilitação – Princípios e Práticas. Editora Manole, 1992. EMC-Kinesiterapia Medicina Física, 2002. JANICE K. LOUDON / STEPANIA L. BELL / JANE M JOHNSTON – Guia Clínico de Avaliação Ortopédica. MANOLE – 1999. KRUSEN. Tratado de Medicina Física e Reabilitação MANOLE 1984. LIANZA, S. Medicina de Reabilitação. 3. ed. Guanabara Koogan, 2001. MCARDLE. Fisiologia do Exercício. 3. ed. Guanabara Koogan, 1992. NABIL GHORAYEB -TURÍBIO BARROS. O Exercício. Atheneu, 1999. POSTIAUX, Guy. Fisioterapia respiratória em Pediatria: o tratamento guiado pela ausculta pulmonar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. WEST, J. B. Fisiologia Respiratória Moderna. 6. ed. Manole, 2002. PRYOR; WEBBER. Fisioterapia para problemas respiratórios e cardíacos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. SCANLAN; WILKINS; STOLLER. Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan. 7. ed. São Paulo: Manole, 2000. KOPELMAN BI, MYOSHI MH, GUINSBURG R. Distúrbios Respiratórios no Período Neonatal. São Paulo: Atheneu, 1998. CARVALHO WB, SOUZA N, SOUZA RL. Emergências e Terapia Intensiva Pediátrica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2004. CARVALHO WB, TROSTER EJ. Ventilação Pulmonar Mecânica em Pediatria e Neonatologia. 2. ed. Atheneu. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990”.

**ANALISTA UNIVERSITÁRIO DA SAÚDE – ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE NUTRIÇÃO HOSPITALAR/PRODUÇÃO**

Administração das Unidades de Alimentação e Nutrição – UAN em Hospitais; Planejamento do Serviço de Nutrição e Dietética: recursos humanos e materiais; Planejamento físico da UAN; normas, rotinas e procedimentos operacionais padrões; Planejamento de cardápios; Técnicas para aquisição, recebimento, armazenamento de alimentos, bem como o pré-preparo, preparo e cocção dos alimentos; Legislação; Controle higiênico-sanitário da UAN; Gerenciamento das Unidades de Lactário e Nutrição Enteral; Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde. ABERC. Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para a coletividade. ABERC, 2003.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

ABREU, ES; SPINELLI, MGN; ZANARDI, AMP. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. São Paulo: Editora Metha Ltda, 2003. 202p. ARRUDA, GA. Manual de boas práticas, v.II: unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Ed. Ponto Crítico, 2002. ORNELLAS, LH. Técnica dietética – seleção e preparo de alimentos. 7ª ed. São Paulo. São Paulo: Ed. Atheneu Editora, 2001. 329p. PHILLIP, S.T. Nutrição e Técnica Dietética. São Paulo: Manole, 2003. 390p. SILVA, E.A. J. Manual de controle higiênico – Sanitário em serviços de alimentação. 6ª ed. Editora Mentha, 2005. TEXEIRA, S.M.F.G.; OLIVEIRA, Z.M.C.; REGO, J.C.; BISCOTINI, T.M.B. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Ed. Atheneu, 2000. MEZOMO, I.B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. São Paulo: Manole, 2003. VAZ, C.S. Alimentação de coletividades: uma abordagem gerencial. Brasília: Ed. Metha, 2003. Resolução RDC 275 de 21 de outubro de 2002. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais aplicados aos Estabelecimentos Produtores de Alimentos. Brasília-DF. Resolução RDC 216 de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Portaria SVS/MS nº 326 de 30 de julho de 1997. Regulamento Técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. Código de ética Profissional dos Nutricionistas – Resolução CFN 141/93 – DOU de 15 de Dezembro de 1993. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

Montes Claros – MG, 19 de junho de 2006.

Professor WAGNER DE PAULO SANTIAGO  
PRESIDENTE DA COTEC

Professor PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA  
REITOR



**FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

Nº PROTOCOLO: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Ao Reitor da Unimontes, Professor PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA:**

O candidato ....., inscrição nº  
....., cargo/função  
..... (código nº .....), portador da  
Carteira de Identidade nº ....., residente no endereço  
.....  
....., interpõe recurso administrativo, conforme item ..... do Edital  
01/2006, ..... contra  
.....  
..... e apresenta a sua argumentação e fundamentação  
na folha nº 2 deste recurso.

...../...../2006.

.....  
Assinatura do candidato ou de seu representante legal

**Orientações:**

- **Conforme o Edital 01/2006, caberá recurso:**
  - Subitem 11.1.1: Contra normas do Edital.
  - Subitem 11.1.2: Contra o resultado do pedido de isenção da taxa de inscrição – Pré-inscrição.
  - Subitem 11.1.3: Contra o indeferimento da inscrição como portador de deficiência.
  - Subitem 11.1.4: Contra qualquer questão das Provas de Múltipla Escolha.
  - Subitem 11.1.5: Contra o resultado da Prova de Títulos.
- Observar os prazos estabelecidos no item 11 do Edital para interposição de cada recurso.
- Apresentar argumentação lógica e consistente.
- Se o recurso for manuscrito, fazê-lo em letra legível.



**Argumentação e fundamentação do recurso**

(Se necessário, utilize o verso)